

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA



Ata número três

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas dezanove horas, na sede da Junta de Freguesia de Alcântara (JFA), Rua dos Lusíadas, número treze, Lisboa, reuniu a Assembleia de Freguesia de Alcântara, em sessão ordinária, convocada por Elsa Maria Borges da Silva, sua Presidente, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Regimento - 2017/2021, da Assembleia de Freguesia de Alcântara, bem como do disposto no n.º 1 e n.º 2 do artigo 11.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 14.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Mesa de Assembleia foi presidida por Elsa Maria Borges da Silva, (Partido Socialista), Presidente e coadjuvada por Iolanda Rute de Oliveira Machado e Vasco Luís de Almeida Antunes, ambos eleitos pelo mesmo partido, respetivamente como primeira secretária e segundo secretário. -----

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros: -----

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP): Emanuel Proença e Hugo Manuel Vargas Carolino; -----

Pela Coligação Democrática Unitária/Partido Comunista Português/Partido Ecologista Os Verdes (CDU/PCP-PEV): António Albuquerque Carichas de Albuquerque; -----

Pelo Partido Socialista (PS): Cristina Maria Neves Pereira Campos; David Miguel dos Reis Ferreira, Isabel Fernanda Sola Morais; Pedro Miguel Macedo da Silva e Sónia Marisa Sousa Monteiro Gargaté; -----

Pela Iniciativa Liberal (IL): Pedro Filipe Bugarín González Cabral Henriques; -----

O Executivo da Junta de Freguesia esteve representado pelo seu Presidente Davide Amado, o Vogal e Tesoureiro, Bruno Gonçalo Dias Miguel, as Vogais Ana Filipa Larcher de Jesus Ferreira Arroja e Ana Margarida Barata Marques e o Vogal e Secretário Miguel da Maia Júlio Marques Vidal, todos eleitos pelo PS. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Excecionalmente, atendendo à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-Cov-2, a COVID-19, todos os participantes utilizaram máscara tendo sido cumpridas todas as demais normas e regulamentos aplicáveis, de contenção, designadamente as relativas ao distanciamento social e ao número limite de presenças no espaço da reunião, nos termos do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março, na redação que lhe é dada pelo decreto-Lei n.º 104/2021, de 27 de novembro. -----

Excecionalmente, pela razão supra, a sessão teve o acesso do público, parcialmente limitado, assegurando o respeito pelas regras de distanciamento social e outras orientações da Direção-Geral da Saúde, em vigor, nos termos do artigo 3.º, n.º 5, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na redação dada pela Lei n.º 91/2021, de 17 de dezembro. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu início à reunião, pelas dezanove horas e dezasseis minutos cumprimentando todos os presentes: os membros do Executivo da JFA, o público - a quem demonstrou o seu agrado pela sua presença, os secretários e os membros da Assembleia de Freguesia. Justificou, seguidamente, o atraso no envio de documentação, pela ausência de alguns funcionários da Junta, que testaram positivo à COVID-19, o que terá dificultado na execução das tarefas administrativas necessárias. -----

Prosseguiu esclarecendo sobre a razão da data em que ocorre esta Assembleia: o Executivo encontra-se a aguardar a proposta da Câmara Municipal de Lisboa (CML) relativa ao Fundo de Emergência Social para o apoio das famílias, que ainda não chegou e que originou a realização desta Assembleia no último dia útil de abril. Alertou ainda os presentes para a possibilidade de marcação de uma Assembleia Extraordinária, pois será fundamental aprovar o protocolo destinado ao apoio das famílias mais carenciadas da Freguesia de Alcântara, logo que chegue a documentação da CML. - Foram, então, referidos os pedidos de substituição dos eleitos que não comparecem a esta reunião, pela ordem de chegada ao secretariado da JFA, nomeadamente: -----

Do elemento eleito pela CDU/PCP-PEV, André Vieira Ribeiro Marçalo, pelo candidato seguinte, na ordem da respetiva lista, António Albuquerque Carichas de Albuquerque; -----

Do elemento eleito pelo PS, João Pedro Azevedo Sousa Uva, pela candidata seguinte, na ordem da respetiva lista, Isabel Fernanda Sola Morais. -----

Uma vez que António Albuquerque Carichas de Albuquerque participa, pela primeira vez nesta Assembleia, foi verificada a sua legitimidade e firmado o Termo de Posse, que ficará arquivado na pasta respeitante a esta reunião. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Os pedidos foram colocados, conjuntamente, a votação e foram aprovados por unanimidade. -----

----- Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD) -----

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia iniciou o período de Intervenção do Público, nos termos do n.º 2 do artigo 19.º do Regimento da Assembleia de Freguesia. -----

----- Intervenção do Público-----

Tomou a palavra o Freguês José Carlos Costa que saudou a Mesa, o Executivo, os membros eleitos e o público, informando que “no início da Rua Luís de Camões, no local onde existia um poço ou uma nora – local onde se encontra agora uma construção, corre, para o passeio, água com cheiro fétido, causando constrangimentos, tais como: tornar o passeio escorregadio, incomodar os transeuntes e o proprietário do quiosque, localizado à sua frente, o Senhor João”. Pediu ao Executivo que alerte as entidades competentes para o sucedido. Relativamente às comemorações dos quarenta e oito anos do 25 de abril, “apesar de muito já se ter dito a respeito, quis lembrar um homem só, mas muito bem acompanhado, o Senhor Carlos que desfilou na Avenida da Liberdade, no dia 25 de abril do ano 2021, sozinho, transportando a bandeira nacional adornada com cravos vermelhos e brancos. Estávamos em pleno período de confinamento, mas o senhor sabia que tinha que lá estar, que devia cumprir abril. Sabia também que nas chaimites, que vieram de Santarém para Lisboa, chegaria a diminuição da natalidade, chegaria a escolaridade obrigatória, chegaria o Serviço Nacional de Saúde. Sabia que as chaimites vinham à velocidade da Liberdade e Democracia, vinham à velocidade de termos saudades do futuro”. Terminou a sua participação dando vivas ao 25 de abril, à democracia e a Portugal. -----

Não havendo pedidos para mais intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, apresentou as Moções, Votos e Recomendações recebidas no secretariado da JFA, por correio eletrónico e numeradas de acordo com a ordem de entrada nesses serviços, acautelando que apenas serão apresentados os documentos rececionados até às catorze horas do dia vinte e oito. Não obstante, comunicou também que, após esta data, foram rececionadas “duas moções, apresentadas pela CDU, que não serão, portanto, consideradas”. -----

N.º 1 “Voto de Pesar: Eunice Muñoz”, apresentado pelo PS; -----

N.º 2 “Moção pelo 25 de abril: É em Liberdade que a Democracia se renova”, apresentada pelo PS; -

N.º 3 “Moção pela execução dos contratos de delegação de competências”, apresentada pelo PS; ----

N.º 4 “Moção pela defesa do programa de renda acessível”, apresentada pelo PS; -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

N.º 5 “Moção Unidade de Execução Alcântara Poente”, apresentada conjuntamente pela IL e PS; ----

N.º 6 “Voto de Saudação ao 25 de abril de 1974”, apresentado pelo CDS/PP; -----

N.º 7 “Voto de Saudação Lisboa solidária com a Ucrânia”, apresentado pelo CDS/PP; -----

N.º 8 “Voto de protesto à Junta de Freguesia pelo convite dirigido a Isabel do Carmo para participação em conversa sobre Memórias do 25 de Abril”, apresentado pelo CDS/PP; -----

N.º 9 “Moção Salvaguarda da Igreja e Convento das Flamengas - Nossa Senhora da Quietação”, apresentada pela IL; -----

N.º 10 “Moção Programa de salvaguarda e conservação de antigos postes de iluminação pública”, apresentada pela IL; -----

N.º 11 “Moção Salvaguarda do conjunto edificado de quatro moradias na Rua Pedro Calmón”, apresentada pela IL; -----

N.º 12 “Proposta: Convocação de uma reunião pública extraordinária, para apresentação e informação dos planos de expansão da linha vermelha do Metropolitano de Lisboa a Alcântara”, apresentada pela IL; -----

N.º 13 “Moção Soluções para o grave problema de estacionamento automóvel na freguesia de Alcântara”, apresentada pela IL; -----

N.º 14 “Voto de condenação pela invasão russa da Ucrânia”, apresentada pela IL. -----

Congratulando a iniciativa dos membros da Assembleia em apresentar tão elevado número de documentos, a Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia pediu “rigor no cumprimento do tempo regulamentar de sessenta minutos”, propondo que cada força política apresente resumidamente as suas propostas. -----

Inscreveu-se para tomar a palavra Pedro Silva, (PS), que começou por cumprimentar os elementos da Mesa, do Executivo, os eleitos e a população, agradecendo pela sua presença. Apresentou todas as moções apresentadas pelo partido que representa, referindo-se sumariamente a cada uma delas, a saber: -----

“Voto de Pesar Eunice Muñoz, figura ímpar na nossa cultura e que merece, obviamente, todo o reconhecimento da população de Alcântara. É com um lamento profundo que se vê partir esta figura ímpar da nossa sociedade, da nossa cultura. Fica o voto de pesar para a Eunice Muñoz e seu desaparecimento”. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

“Moção pelo 25 de Abril: É em Liberdade que a Democracia se renova, reiterando o exposto pelo título da moção referiu que é uma Liberdade e uma Democracia que se renovam. Ainda haverá muito por dizer, mas, para o PS, é a data mais importante da democracia portuguesa e nunca deixaremos de marcar a data, como simbólica, mas, acima de tudo, como importante e participativa na Democracia e na Liberdade de todos os portugueses”. -----

“Moção pela execução dos contratos de delegação de competências, o PS lamenta assistir a um atraso consecutivo do trabalho da CML, no que diz respeito à contratualização e à renovação dos contratos. É uma falta de respeito, de alguma forma, para com as Juntas de Freguesia, não só com Alcântara, mas aqui, é de Alcântara que se trata. Está a colocar em causa muitas atividades da Junta, nomeadamente a manutenção da Piscina do Alvito, as Ações Sociais e a Higiene Urbana, cujos programas que são tão importantes para a Freguesia; estão postos em causa. A Delegação de Competências não está assumida e as transferências de verbas não estão efetuadas. Situação que muito lamentamos”. -----

“Moção pela defesa do programa de renda acessível, considerou ser este, talvez um dos programas que existe para captar a população de Alcântara, permitindo que não tenha que mudar de Freguesia ou de cidade. Permite que pessoas que nasceram e cresceram na Freguesia, aqui possam permanecer. A manutenção do programa é bastante importante e desejamos que se renove, por isso esta Moção, para a continuidade do programa”. -----

“Moção Unidade de execução Alcântara Poente, relativamente à volumetria dos edifícios, que é bastante visível, lamentamos a sua concretização, pois estão a retirar o acesso das pessoas ao rio e, também, a sua vista. Algo tem que se fazer, de forma a que a população de Alcântara não fique prejudicada pelo desenvolvimento do projeto”. -----

Concluiu a sua intervenção expressando que “todas as Moções, são claras e objetivas e que é seu desejo que sejam todas votadas favoravelmente”. -----

Pedro Bugarín Henriques, (IL), interveio, depois de inscrito e cumprimentou a Mesa - na pessoa da Senhora Presidente, o Executivo, o Senhor Presidente do Executivo da JFA, os membros da Assembleia e o público. Questionou a Presidente da Mesa sobre o agendamento da reunião da Comissão Eventual de Revisão do Regimento, “proposta que foi aprovada na última assembleia de dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e um e que ainda não foi marcada”. Solicitou o envio de documentação em falta no pedido que efetuou no dia dezassete de dezembro dois mil e vinte e um, à

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

qual ainda não teve acesso. Questionou ainda o facto de a ata dessa mesma assembleia, não estar para aprovação nesta reunião. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, (PS), respondendo à primeira questão colocada, informou que “a reunião está programada para breve”; o PS já tem uma proposta redigida que será enviada aos membros da Comissão, faltando ainda o nome do membro do CDS-PP. Solicitou, a propósito, que no final desta assembleia, os membros da Comissão, se reunissem para agendar a data para a primeira reunião. -----

Quanto ao envio da documentação em falta, declarou que o pedido efetuado foi dirigido aos serviços da JFA, assegurando que terá uma resposta, assim que possível, acrescentando ainda que a ata número dois, devido à sua extensão, só seria apresentada numa próxima reunião. -----

Pedro Bugarín Henriques, (IL), tomou de novo a palavra, para se referir ao assunto abordado pelo freguês José Carlos Costa, sobre a obra na Rua Luís de Camões, lembrando que, na última Assembleia solicitara ao Executivo o parecer da Direção-Geral do Património, do qual ainda não teve conhecimento e que essa informação poderia esclarecer a questão colocada pelo freguês. Defendeu, de seguida, as moções apresentadas pela IL, nomeadamente: -----

“Moção Salvaguarda da Igreja e Convento das Flamengas - Nossa Senhora da Quietação, que “corresponde a um conjunto monumental, o mais antigo edifício histórico da Freguesia de Alcântara, a par com a Capela de Santo Amaro”. Pelo exposto, considerou “importante que a JFA faça um pedido de esclarecimento à Direção-Geral do Tesouro e Finanças – entidade que cuida e protege o Património do Estado. Os telhados desses edifícios estão degradados, a cair, o Convento não está classificado e a moção vem pedir duas coisas: que o Executivo faça, por escrito, uma pergunta à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, exigindo/pedindo uma intervenção rápida, no que diz respeito aos telhados e, em segundo lugar, pedir a sua Classificação Patrimonial”. Acrescentou que “o Convento das Flamengas está inserido em proposta pendente, que existe há muito tempo na Direção-Geral do Património, que apanha o Palácio Sabugosa e que pretende proteger o conjunto. A decisão nunca saiu. Um edifício histórico e o mais antigo da nossa freguesia, está a ruir e os autarcas têm a obrigação de pedir informação sobre o estado e as intervenções que estão a ser feitas”. -----

Sobre a “Moção Programa de salvaguarda e conservação de antigos postes de iluminação pública”, referiu que “talvez poucos deem atenção a estes aspetos, mas existe na Freguesia de Alcântara um grande número de postes de iluminação, que foram implantados na cidade de Lisboa, nos anos quarenta e que estão a desaparecer, sendo a Freguesia de Alcântara um dos poucos locais que os

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

mantém, nomeadamente na Rua dos Lusíadas. A moção vem no sentido de a Junta de Freguesia fazer o pedido, à CML de um programa de salvaguarda e de conservação destes postes”. -----

Quanto à “Moção Salvaguarda do conjunto edificado de quatro moradias na Rua Pedro Calmón”, esclareceu “tratar-se também da conservação do património que, mais uma vez, não sendo da responsabilidade da Junta de Freguesia, seria importante que esta colocasse a pergunta ao Departamento de Urbanismo da CML, sobre quais os projetos previstos para a reabilitação, das quatro moradias, das quais três já estão devolutas há muitos anos e a outra está a ser utilizada por uma Creche- Jardim de Infância do Alto de Santo Amaro”. Divulgou que “um promotor imobiliário já colocou informação nos terrenos com a previsão de construção”. A moção vem, portanto, no sentido de evitar “que aconteça a este conjunto de moradias - de uma arquitetura rara, do início do século XX, em que o Alto de Santo Amaro tem quatro exemplares, o que aconteceu na Avenida da Índia, com a construção do Alcântara *Lisbon Offices*”. Admitindo que “se está agora a correr contra o tempo, para tentar evitar que cresçam mais do que o suposto”, vem pedir que o Executivo, “antecipando um eventual problema de futuro, pergunte ao Departamento de Urbanismo da CML - para que na Assembleia de Alcântara, se perceba o que está previsto -, o que foi colocado à aprovação do Departamento de Urbanismo, relativamente às quatro moradias”. -----

Quanto à “Convocação de uma reunião pública extraordinária, para apresentação e informação dos planos de expansão da linha vermelha do Metropolitano de Lisboa a Alcântara”, enunciou “estar a decorrer a consulta pública sobre o que é o projeto de expansão do Metropolitano de Lisboa para Alcântara, linha que vem de São Sebastião da Pedreira, passando por: Amoreiras, Campo de Ourique e Infante Santo”. Referiu ter consultado alguma documentação, tornada pública pelo Metropolitano de Lisboa, parecendo-lhe que “a freguesia terá graves problemas com a implementação do projeto apresentado. Sendo que o período de consulta pública terminará no dia seis de junho, é urgente que o Executivo convoque uma reunião pública extraordinária, em Alcântara, para que os alcantarenses, tenham conhecimento do que está a ser discutido e proposto para Alcântara, pelo Metropolitano de Lisboa. É um dos projetos mais importantes, o projeto âncora da Freguesia de Alcântara, nas últimas décadas, a instalação e o prolongamento da linha do Metro até Alcântara. É um projeto desejado e esperado. Há cerca de vinte anos que se ouve falar sobre o projeto de extensão do Metro para Alcântara; ao longo dos anos existiram várias alterações ao projeto e este último, tem questões muito polémicas, nomeadamente o romper de uma parte da muralha do Baluarte de Alcântara, situado na zona das Necessidades e também o rompimento de um edifício de habitação situado na Triste-Feia.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

São projetos muito polémicos, de difícil concretização no terreno”. Referiu-se ainda à “estação que está prevista - desenho do senhor Arquiteto Aires Mateus, junto ao arruamento que dá acesso à Ponte 25 de abril e que parece muito complicado, sendo muito importante que os alcantarenses tenham tempo para discutir, refletir e, sobretudo, serem informados do que está a ser planeado para Alcântara. Vai causar transtorno, durante anos, com obras, problemas nos estacionamento, limitação de acessos às vias, entre outros. A Assembleia tem a obrigação de convocar uma reunião e prestar todos os esclarecimentos”. Apresentou, seguidamente, a “Moção Soluções para o grave problema de estacionamento automóvel na freguesia de Alcântara”, considerando que “todos estarão de acordo que o problema de estacionamento é grave, apesar das medidas já tomadas por iniciativa da JFA, como a construção de dois parques de estacionamento, que atenuaram o problema, mas não o resolveram. É um problema profundo e que necessita de um plano a médio e longo prazo. O sentido da moção é que a CML, em primeiro lugar, informe esta Assembleia sobre o que tem para Alcântara, relacionado com o plano de estacionamento por si elaborado, e que não é do nosso conhecimento, nem do conhecimento da Junta de Freguesia. O plano é do anterior Executivo da Câmara, mas não foi tornado público e continuamos sem saber quais os planos para Alcântara, relativamente ao estacionamento”. Continuou e solicitou ao Executivo da Junta e Freguesia que, “com base nesse documento ou por iniciativa própria, desenvolva um plano de médio a longo prazo, para a solução integral do problema”. Nesta sequência requer ainda que seja pedido um estudo à EMEL - embora considere que “a respeito da EMEL, seja um assunto delicado, que divide opiniões dos fregueses de Alcântara, é uma freguesia da zona Ocidental de Lisboa, junto com a Freguesia da Ajuda, das poucas em que ainda não está implementado este serviço”. Reforçou que “gostava que o assunto de estacionamento fosse trazido à Assembleia e tomado como um projeto para o Executivo da Junta”, ponderando que “se a JFA não fizer nada, o problema do estacionamento passa a ser um problema maior. Que exista uma tentativa de resolução inorgânica; já existem movimentos de cidadãos, em Alcântara, a prepararem abaixo-assinados, sendo, portanto, obrigação do Executivo, e de todos na Assembleia, tomarem para si esta questão de forma a evitar extravasar as competências desta Assembleia; que a Junta de Freguesia vá a reboque, do que forem decisões/opiniões dos alcantarenses e que não tome para si a liderança do processo. Deve ser feito um plano sério e refletido sobre a questão do estacionamento”. -----

Por último apresentou a “Moção Condenação pela invasão russa da Ucrânia”, como “uma moção generalista”, pelo que propôs à Presidente da Mesa a apresentação conjunta da Moção referente à mesma temática, apresentada pelo CDS-PP, se obtida a concordância desta força política. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Terminou, manifestando-se em relação a moção N.º 5, apresentada pelo PS, “Unidade de execução Alcântara Poente”, afirmando que a IL também a subscreve, uma vez que o seu representante esteve presente na reunião decorrida na Junta de Freguesia, no dia vinte e sete do corrente mês, sobre a mesma temática, onde manifestou e ficou decidido que seria uma Moção conjunta. Relembrou a necessidade de se procederem às “alterações necessárias para que os signatários sejam o PS e a IL e mais quem se queira juntar”. -----

António Carichas, (CDU), teve a palavra e cumprimentou o Senhor Presidente, os elementos da Mesa e os senhores representantes da Freguesia de Alcântara. Referindo-se às moções que a coligação que representa pretendia anunciar, lamentou que as mesmas não tenham sido rececionadas dentro dos prazos estabelecidos, atribuindo a falha ao responsável pela sua remessa; consistiam em duas moções, uma sobre o 25 de Abril e a outra sobre a guerra na Ucrânia. Pronunciando-se quanto às moções apresentadas, expressou, relativamente a cada uma delas o que a seguir se transcreve: ----

“Voto de Pesar Eunice Muñoz”, considerou-se solidário, elegendo a “D^a Eunice Muñoz como Património Nacional, uma grande senhora do teatro, que também passou por Alcântara e onde esteve presente em algumas iniciativas da CDU, ocorridas na Academia de Santo Amaro, e que muito nos honrou, enquanto atriz e portuguesa”; -----

“Moção 25 de Abril - É em Liberdade que a Democracia se renova”, saudou a moção apresentada pelo PS e afirmou que “a subscreve, por estar de acordo com a análise feita sobre o 25 de Abril, caracterizando como um pleno, os festejos realizados, este ano, na Avenida da Liberdade. Os portugueses continuam ativos, empenhados nas comemorações do 25 de Abril”. Considerou “a juventude mais ativa, com um peso mais significativo, em relação a anos anteriores. Um órgão da comunicação social mencionou ter sido o maior festejo dos últimos cinco anos”. Admitiu que a força política que representa “se congratula com as comemorações e com a dinâmica da juventude, em apoiar o 25 de Abril”; -----

“Moção pela execução dos contratos de delegação de competências”, considera-se “solidário com a Junta de Freguesia, pois sem dinheiro, sem a delegação de competências a funcionar, não é possível ver a dinamização da atividade da Freguesia”. Informou que o seu voto será favorável. -----

Reportando-se à “Moção pela defesa do programa de renda acessível”, apresentada pelo PS, considerou ser “um tema que está parado, em Alcântara; não há conhecimento de alugueres de habitação com renda acessível; nos últimos anos, verifica-se o desenvolvimento de novas construções, por exemplo, na Rua da Junqueira, a construção em Alcântara, de que se tem falado e

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

muitas outras. O progresso traz novas habitações, mas existem outras questões que devem ser consideradas”. Continuou explicitando o seu parecer relativo à construção que decorre nos terrenos da antiga Fábrica do Açúcar: “não sendo contra as urbanizações”, recordou que “outros projetos estiveram previstos para o mesmo local, como as torres desenhadas pelo arquiteto Siza Vieira e que foi o grande movimento da população de Alcântara e muitas reuniões feitas, que impediram essa construção, que teria o mesmo impacto que a atual terá: retirar visibilidade à Freguesia. Nesse espaço estava um edifício que desapareceu, do dia para a noite, e que simbolizava a antiga Fábrica do Açúcar - edifício feito em tijolo que, quando foi discutido, na freguesia, o Plano de Urbanização de Alcântara e toda a sua envolvência, ficou estabelecido que o edifício teria que se manter como referência histórica da atividade empresarial e industrial da freguesia e, de um dia para o outro, assim que começaram as obras, o edifício desapareceu”. Não culpabiliza o Senhor Presidente ou a Junta de Freguesia, mas “é facto que há anos, quando o assunto foi discutido, era para o manter, como se mantiveram as chaminés da CUF, em outra urbanização”. Acrescentou ainda, quanto a esta nova construção, que “tem dois edifícios, mas que, no total, serão cinco, pelo que se questiona se ainda haverá tempo para alterar alguma coisa, já que as alterações, por norma, se conseguem antes de se começar a construir. Outro exemplo foi o que aconteceu na Rua Luís de Camões, onde se destruiu o poço/nora e que já não volta atrás”. -----

Relativamente à Moção “Programa de salvaguarda e conservação de antigos postes de iluminação pública”, apresentada pela IL, concorda com o seu teor, pois “os antigos postes de iluminação pública, são postes históricos da Freguesia, que a caracterizam, pelo que se considera que se devem manter e a funcionar bem”. -----

No que concerne às moradias da Rua Pedro Calmon, também concorda “plenamente com a proposta”, pois pensa “ser um crime deitar abaixo as moradias, para fazer mais um prédio; não por ser mais um prédio, pois trata-se de edifícios de construção histórica, que devem ser salvaguardados e, para isso, é necessário reagir em tempo útil; não queremos ser confrontados com escavadoras e deitar tudo abaixo. É do conhecimento que uma das moradias, onde funciona a Creche, em princípio está salvaguardada; já existiu um projeto, durante o período em que o PSD, presidiu a Junta de Freguesia e os moradores dos prédios ao lado levantaram uma Providencia Cautelar, impedindo que aí fosse construído um prédio”. Salientou que “a empresa Valle Flôr, está em movimento” e que “cabe ao Senhor Presidente e à Junta de Freguesia averiguar, e acompanhar de perto, a evolução do que está previsto, urbanisticamente, para a zona em questão”. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Concordou com a proposta de realização de uma reunião pública, para discussão sobre a extensão da linha férrea do Metro, para a nossa Freguesia e para as Freguesias vizinhas. A mesma deverá ser “aberta, para que todos compreendamos o que existe no concreto”. Todos queremos trazer o Metro para Alcântara, já há muitos anos que é esperado e agora existe essa possibilidade; concordo que todos devemos saber o que se vai passar, antes de sermos confrontados com alguma situação menos agradável”. -----

Relembrou que “o Senhor Presidente, em reunião anterior, já tinha informado da existência de um projeto para a construção de um parque de estacionamento em silo, apresentado na CML”, concordando que, para a freguesia de Alcântara, “a EMEL, não é solução”. Recordou também que, no entanto, “a EMEL já está em Alcântara, no Parque de Estacionamento junto ao Largo de Alcântara, que é gerido por essa empresa”. -----

Terminou, referindo-se à moção que gostaria de ter apresentado, mas que, dado o incumprimento de prazo, não foi aceite, “relativa à guerra e ao que o PCP pensa e diz”. Afirmando não querer aludir às polémicas em torno do PCP, comunicou que “o PCP não tem nada a ver com a Rússia, nem com o seu Presidente e não apoia a guerra. Ninguém, no PCP, apoia a guerra; estamos todos do mesmo lado da barricada em relação à guerra”. -----

Cristina Campos, (PS), que se havia inscrito, teve a palavra. Cumprimentou todos e reportando-se às moções, relativas à preservação do património, apresentadas pela IL, declarou encontrarem-se as mesmas “de acordo com as preocupações já manifestadas pelo Executivo, nos últimos anos. Algumas das considerações apresentadas já foram alvo de deliberação, na Assembleia de Freguesia, como foi referido pelo Senhor António Carichas, pelo que, as Moções números 9, 10 e 11 serão votadas a favor. Contudo, quanto à conservação dos postes de iluminação pública, não se sabe até que ponto a evolução tecnológica permitirá a sua manutenção. São bonitos, um património a preservar, mas a modernização e a tecnologia terão a última palavra, relativamente à sua conservação”. -----

Relativamente à convocatória de uma reunião pública extraordinária, “como é conhecido e sabido, a Junta de Freguesia tem valorizado e promovido a participação cidadã e dinamizando reuniões públicas; já foram efetuadas várias, pelo menos nos últimos oito anos. Esta reunião pública extraordinária, será bem-vinda e será votada favoravelmente”. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Em relação ao “Voto de Saudação ao 25 de Abril”, considerou que teria sido interessante poder juntar, previamente, estes votos de saudação” e questionou se ainda haveria tempo de o fazer, deixando à consideração da Mesa. -----

Relativamente ao “Voto de Saudação Lisboa Solidária com Ucrânia”, e à Moção “Voto de Condenação pela Invasão Russa da Ucrânia, o grupo do PS e independentes condenam a invasão da Rússia, na Ucrânia, assim como todas as invasões que ocorrem no mundo. É solidário com todos os povos que não vivenciam o seu direito à independência e à sua autodeterminação”. Considera “um direito inalienável viver em paz, em segurança e a salvaguarda dos direitos fundamentais, como suporte de um desenvolvimento sustentável”. Reforçou que “o PS estará sempre do lado dos povos invadidos”. -----

Sobre o “Voto de protesto à Junta de Freguesia pelo convite dirigido a Isabel do Carmo”, fez questão de “repor alguns dos considerandos que são apresentados, ainda que em itálico, considerando como fonte, a Wikipédia e, por isso, diria que, Isabel do Carmo, de facto, foi detida em mil novecentos e setenta e sete e esteve quase cinco anos em prisão preventiva, acusada da autoria moral de várias ações armadas, no processo conhecido como *Caso PRP*. Foi julgada e absolvida, ao contrário das fontes em que se baseia a moção. Mário Soares amnistiou crimes, à esquerda e à direita com o propósito de pacificar a sociedade portuguesa, o que conseguiu. O CDS/PP tem sempre manifestado algum desagrado quando se fala de Isabel do Carmo, como o fez pela voz de Pires de Lima, quando em 2004, Isabel do Carmo foi condecorada pelo Presidente Jorge Sampaio com a Ordem da Liberdade e, nessa altura, foi referido por Jorge Sampaio que o 25 de Abril foi um produto da convergência de muitas pessoas de muitas atitudes e todos tiveram o seu papel. Visivelmente, o CDS/PP tem um problema em relação a Isabel do Carmo, no caso em relação ao 25 de Abril ou a ambos”. Refletindo sobre o ponto quatro do voto, leu: “nem sempre os fins justificam os meios e isso vale por toda e qualquer ação terrorista que vise a prática de crimes a sangue frio por questões meramente ideológicas” e concluiu: “este ponto aplica-se igualmente às ações do ELP e do MDLP. Da parte do PS e Independentes há respeito por opiniões diferentes, como a do PP; não concordamos, mas respeitamos e isso chama-se Democracia. Uma acessão diametralmente oposta, ao considerando seis, que manifesta que a Junta de Freguesia podia ter promovido uma iniciativa com outros convidados. De facto, podia, pois podia, mas não seria a mesma coisa. Face ao exposto, eleitos do PS e Independentes, votamos contra esta Moção”. -----

Emanuel Proença, (CDS/PP), teve a palavra e cumprimentou a Mesa de Assembleia, na pessoa da

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Senhora Presidente, o Senhor Presidente e os restantes membros do Executivo, os membros presentes eleitos e dirigiu um cumprimento especial ao público, presença, para si, “muito importante”. Congratulou-se pelo facto de na primeira, tal como na segunda, reuniões, “perceber que existem pessoas interessadas, além dos eleitos, que também contribuem, de forma gratuita, para o bem da nossa freguesia”. De seguida, alertou, “como nota prévia”, para as situações apresentadas pelo freguês José Carlos Costa, relativas “a um prédio e agora a um poço, situações que devem ser levadas em consideração, não só porque se trata de património, como de segurança na via pública”. Outra “questão prévia”, que fez questão de mencionar e que classificou como “muito polémica”, prende-se com o cartaz publicitário que “pretendiam colocar junto ao Bairro do Alvito, no chamado Mirador do Alvito. Foi uma questão polémica; quase todos estávamos em desacordo com a sua colocação, um pouco porque se desconheciam os motivos e os fatores que estavam por detrás. Não se concretizou e todo o material já foi retirado”. Confessando que também desconhecia o projeto e que, posteriormente, foi “tentar perceber de que se tratava”, quis partilhar “tratar-se de uma situação pontual, do canal televisivo Hollywood, e que iria ter um custo que iria ser a favor da cidade. Seria uma publicidade pontual que estaria colocada cerca de um mês”. Não obstante, observou ainda que “não tinha elementos concretos a respeito de prazos”. Concluiu, explicitando que o que “pretendia dizer era que, para futuras situações desta natureza, deveríamos ter conhecimento prévio da duração, dos motivos que levam a criar uma publicidade e se faz sentido. O não se ter colocado a publicidade, pode ter sido pior. Alcântara faz sentido mostrar-se aberta, é uma das portas de Lisboa e fazia sentido saber quais os prejuízos para o Alvito, para Monsanto, para a cidade”. -----

De seguida manifestou-se “chocado quanto aos comentários e sentido de voto demonstrados” antecipadamente à apresentação dos votos e moções que o CDS/PP traz a esta Assembleia, acrescentando respeitar, mas não entender, o que foi comunicado. Considerou não ter sido dado, à força política que representa, “margem de manobra para se pronunciar, embora o PS, possa manter o seu sentido de voto”. -----

Referindo-se às três propostas que apresenta, não as lê, “em consideração à recomendação feita pela Senhora Presidente da Mesa, no início da sessão”, e abordou o “Voto de protesto à Junta de Freguesia pelo convite dirigido a Isabel do Carmo para participação em conversa sobre Memórias do 25 de Abril”, alegando que “obviamente se pode convidar quem quiser, para dar o seu parecer sobre determinado assunto, mas também é função de quem convida perceber qual será a pessoa mais razoável, ou que teria mais interesse, para determinado assunto. É o que se faz em qualquer convite

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

que se endereça. A comemoração de um motivo, tão nobre como o 25 de Abril, não é de uma pessoa, não é de um partido, não é de uma geração, é de todos, e sendo de todos e, no caso, tendo estudado o assunto, acredito que a pessoa em questão, fazia sentido estar, mas também não fazia sentido, não se dizer todo o seu percurso. Devia ter-se pronunciado, também, sobre a sua condenação, feita por tribunal. O convite foi feito, não estive presente por motivo de agenda; fica ao critério e à interpretação de cada um; esta é a do CDS. O que senhora fez, por bem ou por menos bem, na altura em que foi fundadora do Partido Revolucionário do Proletariado, levou-a a ser julgada e, pode-se sempre avançar para o futuro, mas não nos devemos esquecer do passado. A senhora esteve presa, sofreu às mãos do Estado Novo - facto. Mas houve uma razão; foi uma consequência. Pretende-se que o voto seja aprovado, por uma questão, não de prejuízo para a Freguesia, mas por uma moderação nos convites. Faz-se o convite, sim, mas para testemunhar o que foi a sua participação, no Partido, no próprio 25 de Abril e o porquê de ter sido condenada”. -----

De pronto, explanando quanto ao “Voto de saudação do 25 de Abril” e “à eleita que acabara de intervir, não tendo nada contra a Senhora ou contra o 25 de Abril”, manifestou a vontade “que fique bem claro que o CDS/PP respeita a pessoa em questão e o 25 de Abril; o Voto de Saudação ao 25 de Abril de 1974, é prova disso. A sua geração “gosta de valorizar o que foi feito e que permite estarmos hoje, nesta Assembleia, à vontade e, por isso mesmo, ainda bem que o PS respeita, mas não poso deixar de me sentir desconfortável e desagradado com o facto de alguém dizer que tem algo contra a Senhora Isabel do Carmo e com o 25 de Abril; estão a misturar dois assuntos que não devem ser misturados. O CDS/PP saúda o último aniversário do 25 de Abril, não é uma questão de mero revivalismo ou formalismo menor; é sim uma reafirmação permanente dos valores que estiveram na génese desse dia, que era aguardado por muitos, principalmente pelas circunstâncias e fatores que agora se estão a viver. Não deixa de ser interessante perceber que, achando que a Liberdade estava conquistada, afinal está a acontecer uma guerra, mesmo aqui ao nosso lado. A Liberdade foi conquistada, mas não devemos baixar as guardas. Sabemos que os inimigos da Liberdade, não olham a meios, como se tem verificado, e estão sempre prontos a aproveitar qualquer fragilidade. No tocante à celebração do 25 de Abril e estando a ser confrontados com a triste realidade que todos estamos a presenciar, pela televisão, felizmente para nós e infelizmente para quem lá vive, este voto de saudação é proposto pelo CDS/PP, no sentido da Assembleia de Freguesia de hoje, aprovar os votos de saudação e celebração dos valores da Liberdade, da Democracia, da Tolerância e da Paz”. --

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Quanto ao “Voto de Saudação Lisboa solidária com a Ucrânia”, voto que o partido que representa subscreve, começou por saudar o voto, de igual temática, apresentado pela IL, e avalia como “interessante terem abordado a questão do 25 de Abril e ao mesmo tempo ser abordada a questão Lisboa solidária com a Ucrânia, pois as coisas estão relacionadas, por coincidência da ordem cronológica do acontecimento ou das comemorações, mas é certo que reaviva e que faz com que nós digamos: estamos aqui tão bem, a comemorar o 25 de Abril e a Liberdade e, afinal, estão uns senhores aqui ao lado a ser atacados, invadidos. A Ucrânia, assim como Portugal é um Estado livre, soberano e independente, ou era, até há bem pouco tempo; estão a tentar defender o que podem, o que lhes resta. Os acontecimentos que aí ocorrem, com a escalada da agressão e da violência, nas últimas semanas, concretamente da invasão militar pela Rússia, só pode merecer a solidariedade de todos. É uma profunda e inequívoca condenação”. Ainda em relação a este voto de saudação, manifestou o desejo “de partilhar o seu conhecimento pessoal, de que - felizmente em Alcântara e também por iniciativa da Junta - há pessoas, singulares e coletivas, que promoveram e diligenciaram no sentido de acolher apoios. É um grande elogio para a nossa freguesia, por estarmos também a participar, nomeadamente com a criação de emprego ou, recebendo pessoas nas próprias casas. Se todas as freguesias o fizerem, será um bom e ótimo sinal de demonstração de quem se apoia mutuamente, até para nós próprios o percebermos. É neste sentido que propomos, através deste voto de saudação, que sejam condenados veemente os acontecimentos em concreto: a invasão da Ucrânia e também queremos saudar as manifestações públicas que tem acontecido, assim como a empreendidas pela CML e pelas Juntas de Freguesia, em particular pela JFA, que é a que mais nos importa. Todas e quaisquer ajudas, não são sinal de incitamento à continuidade da guerra, mas sim de ajuda à Ucrânia, para que se defenda”. Terminou, agradecendo a todos, a atenção prestada. -----

Pedro Bugarín Henriques, (IL), veio apresentar as moções que propõe, indicando não tecer comentários às restantes. Não obstante, adiantou que o seu voto será favorável, às propostas pelo CDS/PP, acrescentado em relação à memória de Isabel do Carmo, que o próprio esteve presente na Biblioteca e que “o Senhor Presidente da República, Jorge Sampaio, amnistiou este caso, como durante muitos anos foram amnistiadas muitas pessoas da política e da sociedade portuguesa. Uma coisa é a amnistia outra é a memória e, de facto, haveria outras personalidades que a Junta de Freguesia de Alcântara poderia convidar, para falar de Liberdade; a Dr. ^a Isabel do Carmo não é exemplo nesta matéria”. Agradeceu, seguidamente, o apoio do PS às moções apresentadas pela IL, fazendo referência a que não houve pronúncia sobre a proposta relativa ao estacionamento. Expressou que votaria favoravelmente a moção sobre o 25 de Abril, o voto de pesar a Eunice Muñoz

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

e a moção referente aos Contratos de Delegação de Competências (CDC), da CML. A este propósito questionou sobre os atrasos que são referidos e os valores em causa nos programas e pediu para que o Executivo dê conhecimento à Assembleia dos relatórios de execução dos CDC que são enviados trimestralmente para a Câmara. Recordou que, recentemente, foi aprovada, na Assembleia Municipal de Lisboa, por unanimidade - portanto, com a concordância do Partido Socialista, uma proposta apresentada pela IL, que obriga a que esta informação seja trimestral. Sente-se “solidário” com o Executivo da JFA, quando este exige à Câmara a transferência das verbas, mas, reforçou, “gostaria de ter acesso a esses relatórios e que todos na Assembleia tenham informação”. -----

Crê “não ter entendido a razão da moção sobre a renda acessível”, caracterizando-a como “um pouco mais polémica”. Percebeu que “é uma questão política, mas não sabe se é para dar apoio ao Partido Socialista, do ponto de vista autárquico, na Assembleia Municipal de Lisboa”. Não entende o seu objetivo, dado “o Programa de Renda Acessível, não ter funcionado: das seis mil casas que estavam prometidas pelo anterior Presidente da CML, Dr. Fernando Medina, apenas foram entregues quatrocentos e trinta e dois fogos, no final do mandato. Estes erros, estas dificuldades do programa foram assumidas pelo próprio. A ex-vereadora da área da Habitação e Apoios Sociais, Paula Marques, também reconheceu que, apesar das boas intenções e esforços, o programa não se concretizou como era esperado. Foram apresentadas várias razões, entre as quais, discordância com o Tribunal de Contas e atrasos nos investimentos ligados à Construção Civil”. Lembrou ainda que “a líder do partido que é aliado do PS, na CML, Catarina Martins, do Bloco de Esquerda, em entrevista na rádio, em junho passado, admitiu que o programa fracassou”. Continuou alegando “que existem números públicos sobre o Programa de Renda Acessível, onde se verifica que existem mais de duas mil casas devolutas em Lisboa, entre frações em bairros municipais e património disperso, além de oitocentas casas ocupadas indevidamente, nos bairros municipais geridos pela Gebalis. A atual Vereadora, a Senhora Filipa Roseta, fez uma proposta à CML, para revisão dos critérios de atribuição de casas de Renda Acessível, a que o PS votou contra”. Reiterou “não ter entendido bem o objetivo da moção, mas se a moção pretende saudar a política anterior da Renda Acessível, não parece fazer sentido, visto os próprios dirigentes e responsáveis pelo programa terem assumido que este não resultou. Gostava e seria interessante, do ponto de vista político, que fossem apresentadas soluções e adotadas políticas diferentes. Para a IL, o Estado tem de dar o exemplo, nomeadamente no caso das Rendas Acessíveis; não se pode, continuamente, pedir aos proprietários privados, fazer exigências todos os dias, nos vários fóruns políticos e, em Lisboa, o próprio Estado ter duas mil casas

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

devolutas; isso é que não pode acontecer. Gostaria de ver apresentado, pelo Partido Socialista, um programa alternativo”. -----

Pedro Silva, (PS), a quem fora dada a palavra, dirigindo se a Pedro Bugarín Henriques (IL), opinou: “ainda que o programa de renda acessível não tenha sido bem executado, nos objetivos concretos que pretendia, está por trás toda uma entidade e uma vontade de que a população de Alcântara - pois é de Alcântara que se trata - aqui permaneça. A especulação imobiliária que se vê na cidade, especialmente na nossa freguesia, faz com que os alcantarenses não possam viver na cidade e, nessa perspectiva, liberal e privada, isso afasta os alcantarenses da sua própria freguesia. Não é pelo programa não ter sido bem concretizado que o seu princípio ideológico não está correto. Pode, e deve, ser melhorado. Para uma resposta relativa ao património do Estado, terão que questionar o Estado e não o Executivo de Alcântara, nem a Junta, nem a Assembleia, que não têm capacidade para averiguar a quantidade de casas devolutas existentes”. -----

Relativamente à moção sobre o estacionamento, “apesar do voto do PS ser favorável - que é, obviamente, um problema de Alcântara, o grave, o importante, é a utilização do carro. O carro é que é o problema. Mais do que pedir um plano de estacionamento para Alcântara, e para a cidade de Lisboa, é mais importante e interessante, numa Cidade Verde e de futuro - como se pretende, ter um plano de mobilização, sem o carro. Não podemos continuar a ver o carro e arranjar soluções para o carro, quando, o carro é que é o problema. Um plano de estacionamento não resolve; o volume de carros continua a aumentar. Moro em Alcântara há cinquenta anos e tenho visto esta propagação. O problema será resolvido com a ausência do carro. Todas as propostas para resolver o problema carro, terão que ser na sua ausência e não na sua existência, apesar de concordar que o plano de estacionamento tem que ser elaborado e tem de haver estacionamento de acordo”. Terminou a sua intervenção dissertando quanto à moção sobre Isabel do Carmo: “não vou falar sobre a senhora, que não conheço e não vou defender, mas se aprendi alguma coisa com o 25 de Abril, foi que não existirem censuras. Viva a Liberdade”. -----

Para responder a algumas das questões colocadas, o Presidente do Executivo da JFA, Davide Amado, (PS), tomou a palavra cumprimentando a Senhora Presidente, os elementos da Mesa, os senhores eleitos, os colegas do Executivo e o “estimado público”. Reconheceu a situação assinalada pelo Freguês José Carlos Costa, como “identificada pela Junta e notificada à Câmara” aguardando-se que esta entidade “exerça o seu dever de fiscalização”. Diferenciando esta ocorrência da apresentada

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

na anterior Assembleia, assinalada pelo eleito da IL, informou que “já foi pedido à Câmara que faculte toda a documentação do licenciamento onde estará a autorização da DGPC”. -----

Direcionando-se ao eleito Emanuel Proença (CDS-PP) e sobre o cartaz publicitário do Canal Hollywood, recordou que fora transmitido o conhecimento apurado “pela população do bairro, que viu a estrutura a ser construída” e que representava a intenção da colocação de um painel com “dimensões monstruosas”. Somente após o executivo da junta ter questionado a Câmara, a população e a Assembleia de Freguesia é que foi apresentada a Moção. Prosseguiu. “Não havia nenhuma retribuição financeira para a freguesia e quanto à questão do tempo, não seria um mês, mas quatro meses. E só não foi aprovado porque havia um parecer negativo da Direção Municipal dos Espaços Verdes, que não tinha autorizado o licenciamento do espaço. A nossa posição foi tomada e foi perante esta situação, que a autorização não foi concedida. Era uma estrutura de grandes dimensões; não era uma coisinha; causava um impacto visual e colocava em questão o sistema de vistas, também na opinião da Direção Municipal dos Espaços Verdes. Por isso já foi retirada toda a estrutura e só foi retirada após grande pressão da Junta de Freguesia junto da CML, porque se manteve algum tempo, alguns meses para ser retirada”. -----

Referindo-se às moções apresentadas declarou só poder “comentar as que têm a ver com o trabalho da Junta de Freguesia”; em relação à Delegação de Competências, pronunciar-se-á aquando da apresentação da Informação Escrita e prestará os esclarecimentos solicitados pelo Senhor Pedro Bugarín Henriques. -----

Sobre o Programa de Renda Acessível, considera ser “um dos problemas mais graves que temos na cidade e que temos em Alcântara. Diariamente, as assistentes sociais deparam-se com um grande número de pessoas que não conseguem viver em Alcântara; não conseguem pagar rendas. O programa de renda acessível, seja ele cem por cento público, seja de parceria público-privada, pressupõe rendas que as pessoas possam pagar: casas de tipologia T1, com preços de duzentos euros; T2 a trezentos euros e isso vai permitir que as pessoas sorteadas as possam pagar e permitir, também, acrescentar ao mercado do arrendamento, na cidade de Lisboa, mais habitação, o levando a uma diminuição de preços no geral. Havendo mais oferta, o valor será mais reduzido”. Mencionou entender o exposto na moção e reconheceu “nem tudo ter corrido bem; por isso é que o Executivo mudou”. Para si, quanto às soluções faladas, elas não apresentam problemas, pois não possui “qualquer dogma ideológico, quer as casas sejam públicas, privadas ou do Estado. Tudo o que for soluções de habitação, a custos que as pessoas e as famílias, de classe média, possam pagar, para mim e para o

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Executivo, será ótimo. O que a moção reflete, em concreto, é que o programa correu mal; não houve a concretização, mas existem cerca de mil e quinhentas habitações, na cidade de Lisboa, prestes a serem entregues; projetos a serem lançados e a avançarem. O que a moção refere, sobretudo, é que esses projetos avancem: que avancem as quatrocentas casas no Restelo, as quinhentas em Marvila e em outras freguesias. As cerca de quinhentas casas perto de nós - Restelo e Belém - a que os nossos fregueses podem concorrer, porque ficam perto, não são a solução perfeita, mas é diferente de ter que ir para a Amadora ou Alhandra, Almada, Seixal ou Setúbal. No meu entender é o que expressa a moção”. -----

Prosseguiu saudando o Voto a Eunice Muñoz, “personalidade com quem o Executivo da JFA fez algumas iniciativas” e sobre a moção partilhada entre o PS e a IL, Moção Unidade de Execução Alcântara Poente, informou que o tipo de licenciamento em causa não necessita da aprovação prévia da JFA nem de aprovação vinculativa ou consultiva, uma vez que “a única entidade com capacidade para licenciar é a CML e o seu Executivo; nem a própria Assembleia Municipal tem competência para tal. No mandato passado, durante a consulta pública, a JFA e alguns eleitos demonstraram uma série de preocupações a resse espeito”. Acrescentou que, em reunião pública descentralizada, ocorrida no Instituto Superior de Agronomia, usou o seu direito de intervir para manifestar a sua preocupação por este licenciamento. Assinalou, de seguida, “dois fatores anormais que aconteceram: um deles, a rapidez da construção” e, o outro, o facto de “os últimos dois anos de Pandemia, não terem permitido tomar todas as medidas que deveriam e podiam ser tomadas”. No âmbito das moções apresentadas pela IL anunciou que o seu Executivo concorda com todas as questões ligadas ao património, crendo até que, no anterior mandato, foi apresentada uma moção relativa ao Convento das Flamengas. Quanto ao problema “dos postes públicos, já foi, reiteradamente, reportado à CML” e sobre as moradias da Rua Pedro Calmón, demonstrou a sua preocupação, recordando que, no início do mandato de 2013-2017, a Assembleia se manifestou contra o projeto: “todos defendemos a manutenção dessas moradias e o património que representam e, por isso, saúdo e concordo com a moção”. Acolhendo o expresso pela IL, sobre o Metro em Alcântara, esclareceu sobre a presença da Vogal Ana Barata nas reuniões realizadas com o Metropolitano de Lisboa e com a CML, momentos em que pôde transmitir algumas das preocupações que vivenciamos bem como o desejo de que haja esclarecimento dirigido à população de Alcântara. Em reunião subsequente, com a mesma empresa, na qual o próprio esteve presente, foram também expressas essas preocupações que abrangem não só o projeto como os acessos a construir. Esta comunicação foi por si mesmo partilhada com os representantes das freguesias da Estrela e de Campo de Ourique, que considerou “parceiros nesta

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

jornada”. Esclareceu, ainda, o eleito Pedro Bugarín Henriques (IL), que a Rua da Triste Feia se situa na Freguesia da Estrela, assim como o prédio cuja demolição se encontra prevista, “não pertencem a Alcântara embora gostasse que pertencessem.” Acrescentou que esta situação está a ser acompanhada pelo Presidente do Executivo da Junta de Freguesia da Estrela. -----

Relativamente ao estacionamento em Alcântara, declarou apoiar tudo o que foi mencionado evocando as reuniões públicas e de Assembleia de Freguesia realizadas com a CML, sobre a temática, das quais foi sempre dando retorno. Aludindo que “não tem nada contra a Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa (EMEL)”, referiu que o anterior Executivo “foi bastante pressionado para que aceitasse a EMEL, mas o que disse e continuarei a dizer é que, quando a EMEL for solução, cá estaremos para a defender; outros estudos devem ser feitos pois o que existe já tem alguns anos. Existem - e vão continuar a existir - planos a respeito da mobilidade na freguesia; tem sido transmitido que é preciso mais estacionamento”. A este propósito lembrou o trabalho realizado pelo Executivo desta Junta, nomeadamente: “o projeto apresentado na CML, para a construção de um silo de estacionamento, destinado a duzentas viaturas, no Alto de Santo Amaro; os dois parques de estacionamento construídos na freguesia - um na Rua 1.º de Maio e outro na Travessa Conde da Ribeira, ambos gratuitos para residentes; o parque, anteriormente construído, na Rua Leão de Oliveira, as obras realizadas em alguns locais da freguesia, com implementação do estacionamento em espinha e com a alteração do sentido da circulação, em alguns arruamentos, laborações que permitiram o aumento do número de lugares para estacionar”. Referiu-se ainda à intenção de construção de “outro silo para estacionamento, na Rua do Giestal, intenção já transmitida à Câmara. É um trabalho contínuo.” Acrescentou ter dado conhecimento destas preocupações ao novo Vereador da Mobilidade e que se encontra a aguardar a chegada de respostas. -----

Quanto ao território anteriormente ocupado pelo Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa - 2ª Companhia, comunicou que se encontra solicitado um pedido de informação, do qual também se aguarda notícia. -----

Dirigindo-se ao senhor António Carichas (CDU), declarou, em tom de brincadeira, que o facto de as moções não terem sido entregues a tempo, permitiu que a posição da CDU, que se conhece como “um pouco questionável” não fosse discutida. -----

Visando os eleitos Emanuel Proença e Hugo Vargas Carolino (CDS/PP) e antecipando as suas desculpas pelo que irá expressar, manifestou-se incomodado pelo Voto de Protesto à presença de Isabel do Carmo nas comemorações do 25 de abril, classificando o seu sentir com génese em

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

motivos ideológicos. Assumiu que, desde que lidera o Executivo da Junta de Freguesia, têm sido convidadas para as várias iniciativas que têm sido dinamizadas, “pessoas de todo o espectro político, de todos os credos ou religiões e orientação sexual; nada disso é questão”. A propósito lembrou-se da notícia respeitante à aquisição da antiga sede do CDS/PP, pelo Partido Chega, informação que o deixou “genuinamente, muito triste”, pois respeita “este partido democrata-cristão e humanista, que faz parte do espectro democrático”. Retomando o seu discurso sobre o voto de protesto, declarou que esta situação se assemelha mais a “um voto de protesto do Chega do que um voto de protesto do CDS”. Replicando o exposto no mencionado voto, que Isabel do Carmo “foi convidada a participar para partilhar as suas memórias da prisão e da clandestinidade e de como foi ver chegar abril”, indicou ser de conhecimento que a mesma “foi presa antes do 25 de Abril, por participar em uma Assembleia”. Conhece Isabel do Carmo, com quem trocou algumas palavras e ofereceu flores, no âmbito das “Conversas em Saúde”, atividade impulsionada pela Junta de Freguesia, em que participou, enquanto convidada da Universidade Alcântara Sénior (UAS), para falar sobre diabetes, pois também é médica e conceituada”. Mostrou-se “espantado” com este voto, já que “o Executivo podia ter convidado Isabel do Carmo para qualquer evento relacionado com o 25 de Abril, pois podia, mas não foi o Executivo quem convidou”. Ao ler o documento a sua primeira impressão foi que o voto se referia a “outra freguesia, porque Isabel do Carmo tinha sido convidada a participar numa sessão em que dissertou sobre ‘O que é para si a Liberdade’, convidada pela Presidente da Junta de Freguesia de Arroios, que é membro do CDS. Pior ainda, Isabel do Carmo foi convidada - e a meu ver, bem, para vir a esta conferência, de nome ‘Memórias da prisão e da clandestinidade’ e ‘Como foi ver chegar Abril’, na Biblioteca de Alcântara, titulada pela CML, cujo Vereador da Cultura é o Dr. Diogo Moura, Presidente da Concelhia do CDS e Vice-Presidente do CDS. O voto não faz sentido e a minha intervenção a respeito, tem por fim fazer um pedido simples, que é o de retirarem a proposta, que não faz sentido nenhum. Por consideração e por haver uma série de coisas que não foram bem vistas, considero que deviam retirar a proposta. A JFA, através da UAS, convidou há anos, a Dra. Isabel do Carmo para vir falar sobre a diabetes, no âmbito das ‘Conversas com Saúde’. Podia ter agora, também convidado, mas não convidou. Sugiro que alterem o Voto de Protesto, à Junta de Freguesia para um Voto de Protesto sim, mas à Camara Municipal de Lisboa.” --

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, elucidou não haver lugar, no momento, por parte da Mesa da Assembleia, à junção de documentos sobre o mesmo tema, já que tal procedimento deverá ser realizado antecipadamente, dado o escasso tempo, no decurso da assembleia. Assim, caberá a cada força política, “subscrever ou explicar o sentido de voto”. De seguida, questionou o

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

eleito pela IL, quanto à alteração do nome das propostas números doze e catorze, bem como quanto à manutenção de todos os documentos apresentados, ao que obteve resposta afirmativa. Colocados os documentos a votação, foram alcançados os seguintes resultados: -----

N.º 1 “Voto de Pesar Eunice Muñoz”, apresentado pelo PS, foi aprovado por unanimidade; -----

N.º 2 “Moção 25 de Abril - É em Liberdade que a Democracia se renova”, apresentada pelo PS, foi aprovada por unanimidade; -----

N.º 3 “Moção pela execução dos contratos de delegação de competências”, apresentada pelo PS, foi aprovada por maioria, com dez votos a favor (oito do PS, um da CDU, um da IL) e três abstenções (uma do PSD e duas do CDS-PP); -N.º 4 “Moção pela defesa do programa de renda acessível”, apresentada pelo PS, foi aprovada por maioria, com nove votos a favor (oito do PS e um da CDU) e quatro abstenções (duas do CDS-PP, uma do PSD e uma da IL); -----

N.º 5 “Moção Unidade de Execução Alcântara Poente”, apresentada conjuntamente pelo PS e IL, foi aprovada por maioria, com onze votos a favor (oito do PS, um do PSD, um da CDU, um da IL) e duas abstenções, do CDS-PP; -----

N.º 6 “Voto de Saudação ao 25 de abril de 1974”, apresentado pelo CDS-PP, foi aprovado por unanimidade; -----

N.º 7 “Voto de Saudação Lisboa solidária com a Ucrânia”, apresentado pelo CDS-PP, foi aprovado por unanimidade; -----

N.º 8 “Voto de protesto à Junta de Freguesia pelo convite dirigido a Isabel do Carmo para participação em conversa sobre Memórias do 25 de Abril”, apresentado pelo CDS-PP, foi rejeitado com nove votos contra (oito do PS, um da CDU), duas abstenções (uma do PSD, uma da IL) e dois votos a favor do CDS-PP; -----

N.º 9 “Moção Salvaguarda da Igreja e Convento das Flamengas - Nossa Senhora da Quietação”, apresentada pela IL, foi aprovada por unanimidade. -----

N.º 10 “Moção Programa de salvaguarda e conservação de antigos postes de iluminação pública”, apresentada pela IL, foi aprovada por unanimidade. -----

N.º 11 “Moção Salvaguarda do conjunto edificado de quatro moradias, na Rua Pedro Calmón”, apresentada pela IL, foi aprovada por unanimidade; -----

N.º 12 “Recomendação para a realização de uma reunião pública extraordinária, para apresentação e informação sobre os planos de expansão da linha vermelha do Metropolitano de Lisboa a Alcântara”,

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

apresentada pela IL, com o título alterado por sugestão da Presidente da Mesa da Assembleia e aceite pelo proponente, foi aprovada por unanimidade; -----

N.º 13 “Moção Soluções para o grave problema de estacionamento automóvel na freguesia de Alcântara”, apresentada pela IL, foi aprovada por unanimidade. -----

N.º 14 “Moção Pela Invasão russa da Ucrânia”, apresentada pela IL, com o título alterado, por sugestão da Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia e aceite pelo proponente, foi aprovada por maioria, com doze votos a favor (oito do PS, um do CDS-PP, um do PSD, um da IL) e uma abstenção, da CDU. -----

Pelas vinte e uma horas e três minutos, a Presidente da Mesa da Assembleia estabeleceu uma interrupção de quinze minutos, nos trabalhos a efetuar, retomando a sessão pelas vinte e uma horas e dezoito minutos, com os procedimentos relativos ao Período da Ordem do Dia. -----

-----Período da Ordem do Dia-----

Ponto 1. “Apreciar, discutir e votar a ata n.º 1/2021, referente à sessão ordinária, realizada no dia 19 de outubro de 2021, primeira reunião do atual mandato da Assembleia de Freguesia”. Não existindo inscrições para intervenção, a ata foi colocada a votação e aprovada por unanimidade. -----

Ponto 2. “Apreciar a Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia, acerca da atividade desta e da situação financeira da freguesia, referente ao período de janeiro a abril do presente ano, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. -----

Davide Amado, Presidente da JFA, tomou a palavra e iniciou o seu discurso aludindo às comemorações do quadragésimo oitavo aniversário do 25 de Abril e ao trigésimo aniversário do falecimento de Salgueiro Maia, realçando “a efeméride de vivermos mais anos em liberdade do que em ditadura”. Seguidamente informou sobre as iniciativas da JFA neste âmbito, nomeadamente: o concerto ocorrido no passado dia vinte e quatro, no Jardim Avelar Brotero; a visita dos alunos do primeiro ciclo, das escolas da freguesia, à Chaimite e à exposição presente na JFA; a participação, dos mesmos, na pequena peça de teatro, também promovida pela JFA e outras iniciativas realizadas em parceria com a Biblioteca Municipal de Alcântara. -----

Elucidou que o Pavilhão da Ajuda continua a ser cedido à Administração Regional de Saúde (ARS), para fins de vacinação e que já foi aprovado, em reunião de CML, o apoio financeiro necessário, dado as despesas estarem a ser suportadas pela JFA, desde setembro. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Em referência ao apoio prestado pela JFA, na colaboração com a associação ucraniana, denominada “Associação Solidária Anjos de Misericórdia”, de apoio aos imigrantes que chegam a Lisboa em consequência da guerra na Ucrânia, explicou consistir o mesmo na recolha de bens e de material médico, para posterior envio. Neste sentido, agradeceu, ao Porto de Lisboa, a cedência do espaço da Gare Marítima, utilizado para a coordenação deste trabalho. Destacou, seguidamente, “o empenho dispensado pela equipa social da JFA, no acompanhamento e ajuda destes imigrantes”, agradecendo-lhes, também, a prestação efetuada, reconhecimento que tornou extensível às famílias alcantarenses que integraram estes imigrantes. -----

Aludindo à insegurança verificada nas últimas semanas, em Alcântara, provocada por atos de vandalismo, nomeadamente a destruição de viaturas, e aos muitos protestos recebidos, relacionados com o facto de alguns estabelecimentos de restauração e bebidas encerrarem mais tarde, ocasionando o aparecimento de situações de muito ruído, incómodas e de desconforto, para os moradores, comunicou que em reunião periódica com a Polícia de Segurança Pública (PSP), deu conhecimento destas ocorrências. Comunicou, simultaneamente, que aquando da vandalização das cerca de trinta viaturas, solicitou o reforço do patrulhamento, o qual se verificou. Também instou a CML, à redução do horário de funcionamento de um destes estabelecimentos, sito na Rua Jau, considerado o responsável pelo ruído e por todas as situações desagradáveis que têm acontecido na zona, que se iniciará em outubro. Consequentemente, a Câmara terá notificado o proprietário para o cumprimento do horário de encerramento, às vinte e três horas, situação que será fiscalizada pela Polícia Municipal. Foi também notificada, desta determinação, a PSP, pelo que se aguarda a sua observância. Em caso oposto, o plano que giza é o de insistir com a CML, por forma a reduzir ainda mais o horário de funcionamento desse estabelecimento. -----

Dialogando sobre os serviços de saúde na freguesia, referiu-se a “algumas queixas da população que não tem médico de família.” Em reunião realizada com o Centro de Saúde, tornou-se perceptível que o número de médicos disponíveis se reduziu bastante, desde dezembro. A ocorrência desta diminuição deve-se às deslocações destes profissionais para outras unidades de saúde e a situações de interposição de baixa médica. Preocupado com este cenário, o Executivo, solicitou uma reunião com o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) - Lisboa Ocidental, e com a ARS de Lisboa e Vale do Tejo, na qual identificou o número de utentes, na freguesia, que se encontram sem médico de família, situação que se mostra ainda mais complexa, visto parte destes serem pessoas “bastante idosas”. Terá tomado, então, conhecimento da existência de outros motivos justificativos da mencionada

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

diminuição do número destes profissionais no Centro de Saúde: o facto de os vencimentos dos médicos, enfermeiros e técnicos administrativos das Unidades de Saúde Familiar B serem praticamente o dobro do dos mesmos profissionais que desempenham funções quer nos Centros de Saúde, quer nas Unidades de Saúde Familiar A. Esta circunstância leva a que se verifique um défice de especialistas da saúde, nestas unidades. Não obstante, houve a garantia de resolução do problema, por exemplo, com a colocação de médicos estagiários que iniciam agora as suas funções, na ARS, até julho, momento em que se espera voltar a ter o número de médicos suficiente para que não haja utentes sem médico de família. Expressou, também, a sua preocupação quanto aos diferentes modelos de funcionamento das Unidades de Saúde Familiar e dos Centros de Saúde e fez questão de informar esta Assembleia que irá trabalhar de forma a que o atual Centro de Saúde funcione como Unidade de Saúde Familiar A, para que, ao iniciar as suas funções (o que se espera acontecer no final do ano), o novo Centro de Saúde, sito na Rua 1.º de Maio, possa concorrer a Unidade de Saúde Familiar B e, assim, todos os profissionais do atual Centro de Saúde possam auferir o nível de remuneração máximo, prevendo-se que a equipe fique estável e que a situação não se repita. -----

Relativamente à reunião pública relacionada com os terrenos da “Sidul”, em que estiveram presentes “bastantes vizinhos”, técnicos ligados à Junta e outros, decidiu-se pela constituição de um documento de suporte técnico, que contemple a posição da Junta e também pela elaboração de uma petição. Sobre este assunto informou ter reunido com a CML, para que sejam feitas petições à Assembleia Municipal e para que sejam tomadas todas as medidas consideradas importantes, de forma a tentar atenuar a situação. -----

Relativamente aos contratos de delegação de competências e às pendências, referiu que “têm sido muitas as reuniões com a CML, tantas que quase as sei de cor”. É uma situação que afeta todas as freguesias da cidade de Lisboa, e que tem causado grande impacto. Justificou o seu silêncio, não abordando publicamente o tema, por considerar que “quando se tomam responsabilidades políticas, é necessário tempo para tomar decisões, resolver problemas e perceber qual o caminho a seguir.” Sem embargo, sentiu “o dever de explicar a esta Assembleia o que tem sido feito, as reuniões que têm acontecido, para que todos tenham conhecimento e que, muito brevemente, caso as situações não estejam resolvidas, o tempo de não as tornar publicas, termina. Não sei se é uma política de desinvestimento nas Juntas de Freguesia, não sei se é uma questão de adaptação ou uma nova realidade, característica deste novo Executivo, mas sei que, em referência ao Fundo de Emergência Social (FES), a Junta de Freguesia de Alcântara tem, referente a dois mil e vinte e um, cerca de

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

setenta mil euros a haver da CML, valor já gasto com famílias que já foram apoiadas, em dois mil e vinte e um. A JFA, e todas as outras, estiveram dois anos sem receita. A nossa receita não é muita, vem do Mercado, do Pavilhão, da Piscina, do Espaço Público e de outras pequenas taxas, mas mesmo essa pequena receita, que totaliza entre trezentos a quatrocentos euros, por ano, não existiu, pois, os serviços ou foram fechados - a Piscina, o Pavilhão (que está cedido), ou foram isentados - as esplanadas e o Mercado. Este é o cenário com que nos deparamos”. Considerou “ter dificuldade em entender a demora da CML em resolver problemas, em resolver pendências e em querer tornar as freguesias com capacidade para continuarem a fazer o seu trabalho, quer na área social e cultural, quer no investimento em obras e em todas as outras áreas”. Ainda a este respeito expressou já ter transmitido aos vereadores, com quem tem reunido, a sua concordância no apoio da CML às empresas municipais – “que, com a Pandemia, não tiveram receita e não puderam exercer as suas atividades. As Juntas de Freguesia não são entidades autónomas; são parceiros da CML na gestão da cidade e, durante todo este tempo, depois de uma pandemia, depois de não ter receita, tornar a investir nas juntas e capacitarem-nas a fazer o seu trabalho é, para mim, muito importante”. Reiterou não ter tido, até ao dia de hoje, nenhuma intervenção pública sobre o tema e que pretendeu fazê-lo, em primeiro lugar, nesta Assembleia de Freguesia. A partir de agora, caso não se resolvam as questões, terá que fazer uso do cargo que desempenha, das suas responsabilidades e das do Executivo, esperando que “a Assembleia se associe a esta luta e que a torne pública, fazendo um tipo de pressão diferente, sobre o Executivo da CML”. Relembrou a situação inconclusa em que se encontra o Centro de Vacinação (evocando que este centro foi o primeiro a abrir) e informou que foi “o protocolo efetuado com as Juntas de Freguesia, destinado a obras, programas culturais, sociais e ligados ao desporto, aquele que permitiu disponibilizar verbas para a concretização deste Centro de Vacinação. Por este motivo, o Executivo abdicou da realização de algumas obras, dada a importância de existir um Centro de Vacinação na zona. Esta instalação foi realizada com todo o nosso, único, investimento, foi trabalho da Junta a quem a Câmara se associou e, obviamente, todo o investimento foi ressarcido através de protocolo. Em setembro com as eleições, o protocolo de mandato terminou e nada aconteceu após essa data; a JFA assumiu todos os custos que, entretanto, aumentaram. Em funcionamento normal, o horário de maior afluência ao Pavilhão, era no período da noite. Com o Centro de Vacinação e, no início, com o enorme volume de pessoas, a enorme azafama existente iniciava-se às sete horas da manhã e terminava às vinte e duas horas, com todos os custos associados, de eletricidade e de pessoal. A CML, também colocou aparelhos de ar condicionado, que faziam falta

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

e que foram fundamentais, durante o Verão, mas que acresceram as despesas. Todos esses custos, desde setembro até aos dias de hoje, foram suportados pela JFA”. -----

Outra situação, relacionada com os contratos interadministrativos ligados à Higiene Urbana e à recolha do lixo, à volta das Ecoilhas, os contratos de delegação de competências, “que se tornaram uma competência partilhada com a Junta, aquando da reforma administrativa da cidade, cujo princípio era o não aumento das despesas, portanto, toda a despesa que existia na Camara passava para as Juntas, em igual proporção, e o que aconteceu, nos últimos anos, foi que se verificou um aumento enorme da pressão turística e do número de pessoas que trabalham no setor”. A somar a estes factos acrescenta-se o de “o cálculo das transferências ter sido feito anteriormente à atual crise, em que existia uma elevada taxa de desemprego e em que o número de pessoas a circular na cidade era mais reduzido e, ainda, a nível da Higiene Urbana, não havia tanta pressão como se se verificou posteriormente. A CML criou dois programas, para compensar as Juntas de Freguesia pelo trabalho de ajuda efetuado, um trabalho em parceria; no caso da nossa freguesia foram atribuídos cento e cinquenta mil euros - um valor reduzido. Os critérios utilizados para esta atribuição, ligaram-se à pressão turística, ao número de hotéis existente em cada freguesia e, tendo em conta toda a baixa de Alcântara e a zona do LX Factory, o valor é insuficiente, mas foi o que nos foi destinado. No que concerne ao valor ligado às ecoilhas, como é do conhecimento, existia um grande problema, já há alguns anos, com a quantidade de lixo deixado junto delas e a CML decidiu bem, em delegar essa competência à Junta, atribuindo cerca de cento e vinte mil euros. Ora, dos cento e cinquenta mil euros a receber em dois mil e vinte e um, recebemos setenta e cinco mil euros, em dezembro, e não se recebeu mais nada. Em dois mil e vinte e dois, dos cento e vinte mil euros, atribuídos para as ecoilhas, recebemos zero e estamos quase a meio do ano”. E insistiu “que não foi reduzido, em nada, o nível de serviço prestado”. -----

No que respeita ao protocolo que abrange os programas culturais, sociais e os programas ligados ao desporto, declarou que “muitas coisas foram criadas, ao longo dos anos e, esta demora, esta indecisão, está a por em causa tudo o que foi criado. A JFA irá tentar, ao máximo, resolver estes problemas para poder manter todas estas respostas, mas, nem o Executivo, nem a Assembleia, desejam que se gaste o que não se tem, sendo claro que se, nos próximos dois meses, estas questões não forem resolvidas, terá claramente que haver redução do número de respostas e do número de serviços”. Secundou, de seguida a sua vontade em informar antecipadamente esta Assembleia, para que os seus constituintes fossem os primeiros a ter conhecimento de toda a situação. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Referindo-se à Piscina do Alvito, “para a qual existe um contrato de mandato, a Piscina Municipal do Alvito passou para a JFA depois da transferência; no ano de dois mil e catorze, não havia programa de contrato em vigor e, quando passou para a Junta, a Câmara, depois do auto de transferência inicial, tem que fazer as contas por forma a compensar as freguesias do valor de gestão. Mas até agora, final de abril, o valor é zero. Ainda não fomos presenteados; porém as freguesias de Belém e Marvila - com quem já falei, receberam faturas no valor de cerca de quarenta mil euros, referentes a gás. Na Freguesia de Alcântara, sem o valor da gestão, torna-se complicado: quando a piscina começar a ter faturas de gás, de eletricidade de valores elevados, teremos um problema, situação que já foi transmitida à Câmara. As juntas de freguesia têm muitas valências, têm de criar respostas, para serem próximas das pessoas, mas não tem competências legislativas para criarem impostos, nem para criarem taxas; pontualmente podem ser pedidos empréstimos e, segundo tenho conhecimento, o prazo para resolver é até ao final do ano civil. A Freguesia está sem receita e sem apoio da Câmara. Têm sido feitas reuniões com os quatro partidos e com as vinte e quatro freguesias, regularmente, para discutir este e outros assuntos - pois existem outros problemas, também da competência do Governo para resolver, nomeadamente a alteração da reforma”. Como exemplo referiu-se aos salários vigentes: “aquando da reforma, o salário mínimo era de quatrocentos e oitenta e cinco euros e o salário afeto a um assistente operacional, de quinhentos e cinco euros; atualmente esse valor é de setecentos e cinco euros, valor que percute nas horas extraordinárias e nos subsídios, mas o valor que a Junta recebe é igual ao valor anterior. É um assunto que as Juntas de Freguesia têm falado. Outro assunto é sobre novas competências, que as Juntas não se importam de assumir, de forma a ter outra capacidade de receita. Tem sido um trabalho bastante profícuo, feito entre todas as Freguesias, tendo sido nomeada uma pessoa de cada partido, para dialogar com a Câmara sobre estas questões. No caso do PS, fui o eleito para ser o seu representante”. -----

Relativamente ao Contrato de Delegações de Competências (CDC), “o contrato grande do mandato, a taxa de execução do último relatório, é de cerca de noventa por cento. No caso da Freguesia de Alcântara, o protocolo do mandato anterior fica fechado quando finalizar a obra da Rua dos Lusíadas. A CML prolongou o prazo, até ao final de 2022, para que todas as freguesias possam cumprir e, assim, devolverem - ou não, dinheiro e encerrarem o CDC do mandato anterior. No caso da Freguesia de Alcântara, o contrato fica concluído e será enviado, para além da CML também à Senhora Presidente da Assembleia, de forma a fazê-lo chegar aos senhores deputados. Em relação ao restante, como podem verificar, com muitas dificuldades, muita criatividade, estão a ser feitas todas as atividades da freguesia e espero, na próxima Informação Escrita, vos poder dizer que continuamos

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

a fazer; continuamos a tratar porque, como devem compreender, e fazendo as contas por alto, são cerca de seiscentos mil euros, o que é muito dinheiro no nosso orçamento - que é pequenino, para conseguir ter o nível de atividades e sistema de resposta que temos”. -----

Terminou a sua intervenção dando realce à integração da Freguesia de Alcântara no Programa “Município Amigo do Desporto”, uma vez que é a primeira freguesia do país a integrar este programa e é consequência “do muito trabalho feito nos últimos anos, na comunidade, com os clubes, com as escolas e com todos.” -----

A Presidente da Mesa da Assembleia, comentando o abordado pelo senhor Presidente do Executivo da JFA, relativamente ao executivo camarário e às vinte e quatro freguesias da cidade, considerou a situação como “muito preocupante”. -----

Tomou a palavra Emanuel Proença (CDS/PP), que cumprimentou o Senhor Presidente pela forma como resumiu a Informação Escrita e selecionou um tema que, “não estando destacado no índice”, considerou como sendo “um tema relevante: a segurança”. Continuou lembrando que a temática também fez parte da proposta do programa do CDS/PP e “ligando os últimos acontecimentos e outros não tão recentes, mas de iguais contornos, sem prejuízo de existirem entidades diferentes, designadamente a Polícia Municipal (PM) de Lisboa e a PSP, acredito no que fez parte do programa apresentado pelo CDS, na Coligação Novos Tempos: trazeremos mais condições de segurança para todos, através de ações concretas e medidas adequadas que garantam a prevenção de comportamentos de risco. Talvez seja possível a PSP passar mais vezes, fazer mais rondas de rua, de forma a dissuadir e não entrar em conflito com a segurança que se tem vindo a revelar. Moro na freguesia há mais de vinte e anos e lembro-me de ver polícias nas ruas, o que deixou de acontecer; eventualmente, poderá acontecer que os meus horários não o permitam verificar, mas acredito que, se por um lado tem havido menos segurança, designadamente assaltos a carros, (e espero que não haja uma escalada para pessoas que andam na rua a passear o seu cão ou até para moradias e prédios), por outro lado, existe uma atenção abrupta por parte da PM, no que diz respeito aos estacionamento - ultimamente têm estado todos os dias a fiscalizar o trânsito e a concretizar, sem sequer passar pela vertente da pedagogia, simplesmente atuam. Acredito que ao ser promovido pela Junta de Freguesia à PSP, um pedido de mais rondas, mesmo que seja em dias mais concretos, como ao fim de semana ou aproveitando a presença dos senhores fiscais da PM que têm estado na Freguesia, acredito que se possa criar ambiente, para que não se verifique uma sensação de medo, de manhã, quando se veem carros partidos à porta”. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Concluiu a sua intervenção selecionando como tema a Piscina Municipal do Alvito, “que tem mantido grande importância junto da população, não só pela promoção feita através das redes sociais, mas pela sua relevância, encontrando-se o CDS/PP à disposição para tudo fazer no sentido de corrigir ou, eventualmente, promover as falhas ou as faltas que estão neste momento em causa; assim o faremos”. -----

A Presidente da Mesa advertindo os membros da Assembleia, pronunciou “a bem de os trabalhos serem concluídos, ainda no dia de hoje, peço que sejam objetivos e sucintos nas intervenções”. -----

Foi concedida a palavra a Marisa Gargaté (PS) que cumprimentou todos os presentes e enalteceu as iniciativas e o trabalho do Senhor Presidente, em três áreas que, não sendo competência da JFA se apresentam de extrema importância para a freguesia, nomeadamente a megaconstrução no espaço anteriormente ocupado pela fábrica da Sidul Açúcares (a JFA pronunciou-se contra esta construção e está neste momento a aguardar informações da CML), a questão da saúde (problema que afeta todos, tornando-se preocupante a falta de médicos, apesar de a JFA ter tomado diligências junto do ACES e da ARS) e, ainda, quanto “à violência e aos estragos que têm vindo a acontecer em Alcântara e aos quais não estamos habituados”. Reforçou o enaltecimento apresentado reiterando, “como foi dito pelo Senhor Presidente e está bem explanado, não é competência da JFA, nem do seu Executivo, mas da CML”. -----

Ponto 3. Proposta n.º 131/2022 “Apreciar e votar o Documento de Prestação de Contas referente ao exercício de 2021, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A apresentação do documento foi realizada pelo tesoureiro da JFA, Bruno Miguel, que iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa, “na pessoa da Excelentíssima Presidente”, os membros da Assembleia e “o estimado público, estimados alcantarenses”. -----

Fez votos para que esta exposição se converta “no último exercício onde se tenha que escrever a palavra pandemia ou, pelo menos, de uma forma não tão vincada, como a que se encontra referida no Relatório de Contas a apresentar e na do anterior. É um facto que a pandemia tem um grande impacto a nível da população, mas também teve um grande impacto, ao nível da Junta de Freguesia e nas suas duas vertentes, a receita - como já referido pelo Senhor Presidente, direcionado às receitas próprias, e também contemplando o lado da despesa. Espero que seja uma palavra a eliminar do Relatório de Contas e que não seja substituída por outra, do género ‘crise financeira’ pois, em termos de tesouraria, já se sentem algumas dificuldades por tudo aquilo que foi referido na Informação

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Escrita. E espero que todas essas preocupações, relacionadas com as verbas a serem transferidas por parte da CML, sejam tratadas de forma bastante célere. Quanto à Prestação de Contas do ano de dois mil e vinte e um, a freguesia teve um resultado líquido positivo, na ordem dos quatrocentos e trinta mil euros, o que contrasta com o resultado negativo de cinquenta e quatro mil euros, em dois mil e vinte, mas em linha com o resultado positivo, na ordem dos trezentos e vinte e três mil euros, em dois mil e dezanove. A variação que se verifica decorre, essencialmente, da dinâmica dos protocolos entre a arrecadação da receita e a sua concretização, e a execução desses mesmos protocolos. O ativo cresceu na ordem de um milhão, trezentos e trinta e seis mil euros para um milhão, oitocentos e doze mil euros, aproximadamente, tendo o passivo registado um ligeiro decréscimo: de quinhentos e cinquenta e oito mil euros para quatrocentos e noventa e cinco mil euros. Passivo que, na sua maioria, a curto prazo, se encontra sustentado pelo crescimento do património, que subiu de setecentos e setenta e sete mil euros para um milhão e trezentos e dezasseis mil euros. Considerando as difíceis circunstâncias impostas pela pandemia, à semelhança do que já se tinha objetivado para dois mil e vinte, estes foram os nossos três principais objetivos: garantir o pagamento dos salários, continuando a política progressiva de integração de pessoas, nos quadros da JFA, apoiar os cidadãos, as coletividades e os comerciantes da freguesia e manter o esforço de investimento de modo garantir o futuro da freguesia”. -----

Comentando a evolução da receita, afirmou que “em dois mil e vinte e um, ao contrário do que seria de esperar, a receita obteve um aumento significativo na ordem dos dez por cento, face ao valor arrecadado pela Junta, em dois mil e vinte. A situação decorre essencialmente de um aumento na ordem dos novecentos mil euros, nas transferências do município, o que explica, quase na totalidade, este incremento. Relativamente aos principais agregados da receita, verificou-se uma tendência mista, em que as transferências correntes e os impostos diretos, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), registaram o melhor valor de sempre, enquanto o valor de venda de bens e serviços correntes, cresceu apenas vinte e seis e meio por cento, um pouco abaixo dos valores estimados. As taxas, multas e outras penalidades registaram uma pequena descida; o saldo de gerência obteve, como esperado, um valor em baixa. Quanto às receitas próprias, o maior crescimento do que foi realizado em dois mil e vinte, decorreu de um aligeiramento das medidas que tinham sido tomadas na pandemia, sendo ainda um crescimento que fica muito aquém do que poderíamos realizar. Este também foi um valor que o Senhor Presidente referiu na Informação Escrita. Se fosse analisada a média dos últimos três anos anteriores à pandemia, verificar-se-ia não ser um valor tão pequeno, mas que acabou por se perder, entre aspas, cerca setecentos e trinta mil euros, só em receitas próprias. Se

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

a este valor se juntar o mesmo valor da receita ainda a arrecadar, no âmbito dos protocolos que faltam liquidar, por parte da CML, verifica-se uma diferença já bastante significativa face ao que, em situação normal, seria de esperar. Ainda em relação à execução da receita, que ficou um pouco abaixo do que foi orçamentado, para o ano de dois mil e vinte - talvez por excesso de otimismo, o único aumento, face ao que foi orçamentado e que foi ligeiramente superior, prendeu-se com a questão dos impostos diretos. Tudo o que são receitas próprias acabou por ter um decréscimo bastante acentuado e dos quatrocentos e sessenta e quatro mil euros que tinham sido estimados, por excesso de otimismo, apenas se executaram cento e noventa e um mil euros, o que ficando aquém, está perfeitamente justificado, devido à situação de pandemia. Quanto à distribuição da receita, cerca de oitenta e nove por cento são receitas de transferências correntes, do Estado ou da CML, sendo que os restantes agregados acabam por ter, face ao número apresentado, pouca relevância, ou seja, saldo de gerência com cinco e meio por cento e a venda de bens e serviços apenas com quatro por cento, são os únicos agregados que superam o valor de um por cento. Em relação à despesa, como seria de esperar, numa gestão equilibrada, ela acaba por ter um comportamento muito semelhante ao da receita, cifrando-se num valor de quatro milhões e setecentos e vinte mil euros, crescendo quinze por cento, face aos valores registados em dois mil e vinte. Em termos de execução orçamental, registou-se uma taxa de execução ligeiramente abaixo da execução da receita, mas atendendo à pandemia, também acaba por ser uma execução bastante normal. No segundo ano de pandemia, as despesas com o pessoal cresceram onze por cento, resultantes da entrada para o quadro de mais pessoas, fruto da necessidade de contratar mais para fazer face à pandemia. São exemplo os recursos humanos contratados para assegurar o funcionamento do Pavilhão da Ajuda. Registou-se este incremento de despesa com o pessoal e também com as transferências correntes, refletindo os apoios que, incessantemente, a Junta de Freguesia fez às coletividades e, principalmente, o esforço do apoio diário a todos os fregueses que dele necessitaram. Face a dois mil e vinte, a aquisição de bens e serviços apresentou um crescimento, embora tenha registado o segundo valor mais baixo (desde dois mil e dezassete) em função do decréscimo de atividades não sociais ou de apoio à população que a Junta não realizou. Verifica-se que a aquisição de bens e serviços acaba também por ser, naturalmente, menor. Em relação à aquisição de bens de capital e de transferências de bens de capital, apresentamos um crescimento acentuado, o que significa que, mesmo em tempo de pandemia, o investimento foi feito; mantiveram-se as obras programadas, o que justifica o crescimento de sessenta por cento, neste agregado. Quanto à distribuição da despesa, são as despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços as que apresentam maior representatividade, com

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

quarenta e oito por cento e vinte e seis por cento, sendo que, comparativamente a dois mil e vinte, ambas registaram um ligeiro decréscimo. A aquisição de bens de capital voltou a ser o terceiro agregado mais importante, com este forte crescimento, passando de onze para dezasseis por cento, resultado normal da execução dos protocolos. O quarto agregado mais importante, as transferências correntes, com oito vírgula seis por cento, mantém a mesma participação de há um ano. A pandemia, como já referido, teve forte impacto no resultado da execução orçamental, mas a freguesia conseguiu - e continua a conseguir - fazer face às suas necessidades e aos seus compromissos. Se fizermos a diferença entre a receita gerada, em dois mil e vinte e um, e a despesa efetuada no mesmo ano, verifica-se um défice orçamental na ordem dos cento e sessenta e quatro mil euros; défice que acaba por ser compensado com a transição do saldo de dois mil e vinte com repercussões no valor do saldo do corrente ano, de cerca de cem mil euros. Verifica-se que o saldo orçamental foi negativo, mas o resultado financeiro foi positivo, uma dicotomia que ocorre muitas vezes no sector público pelo facto de se adotarem duas óticas contabilísticas distintas, uma orçamental e outra patrimonial, acabando sempre por existir um diferencial, por vezes significativo, nos resultados. As contas apresentadas refletem uma adequada condição financeira, tendo a freguesia uma boa capacidade de resolver os seus compromissos e continuar a enfrentar, com sucesso, o processo de reforma administrativa”. -----

Terminou agradecendo “a todos os funcionários e colaboradores da Junta de Freguesia porque foi, sem dúvida, com a sua participação que o Executivo conseguiu cumprir os principais objetivos a que se propôs” e colocou-se à disposição para qualquer esclarecimento necessário. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia colocou a proposta a votação e a mesma foi aprovada por maioria com nove votos a favor (oito do PS, um da CDU) e quatro abstenções (duas do CDS/PP, uma do PSD e uma IL). -----

Ponto 4. Proposta n.º 132/2022 “Apreciar o Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Freguesia, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. -----

Pedro Bugarín Henriques (IL) teve a palavra referindo que, analisado o Inventario, se verifica ter sido “adquirido, em janeiro de dois mil e vinte e um, quase cinco mil euros em baias. Por curiosidade, porque é necessária tanta quantidade, que considero gigantesca, de baias?” -----

A resposta foi concedida pela Presidente da Mesa da Assembleia que, transmitindo a informação prestada pelo Tesoureiro da JFA, explicou tratar-se “de material utilizado com obras publicas, espaços públicos e eleições”. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Bruno Miguel (PS) interveio declarando “não poder satisfazer, no momento, a curiosidade do Senhor Pedro Bugarín Henriques, de forma mais concreta, mas considero ser um número razoável, para as atividades referidas. Espero que não seja nenhum erro em termos de registo e irei conferir o valor.” --

Não existindo intenção de outras participações, a Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, deu como apresentado o Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Freguesia, e passou ao ponto cinco. -----

Ponto 5. Proposta n.º 133/2022 “Aprovar a 1.ª Revisão Orçamental 2022, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 72/2013, de 12 de setembro”. -----

Teve a palavra o Tesoureiro, Bruno Miguel, que explicou visar a primeira revisão orçamental a incorporação do saldo de gerência, o valor de cem mil setecentos e sessenta e quatro euros e também a incorporação de sessenta mil euros, relativos ao CDC, do Fundo de Emergência Social e de cinquenta mil euros relativos ao CDC da Higiene Urbana. “Toda esta receita terá a devida compensação nas rubricas da despesa representadas nesta Revisão Orçamental”. -----

Pedro Bugarín Henriques, (IL), questionou o Tesoureiro sobre a inscrição de reforços na ordem de cento e dez mil euros, concernentes ao Fundo de Emergência Social e à Higiene Urbana, referindo “ser a proposta mais ampla, porque para além da transição normal do saldo, no valor de cem mil setecentos e quarenta e quatro euros, que veem do ano anterior, existe mais à frente, no documento, um conjunto de verbas inscritas, para reforço orçamental, que me suscitaram dúvidas. Partindo do princípio que os valores que constam no balanço trimestral (apesar do documento não o referir), sejam valores homólogos, em comparação com o ano anterior, o documento afirma que houve um aumento de receitas próprias superior a quinhentos por cento, mas não é explícito. E as questões são várias: taxas, multas e outras penalidades que têm um aumento de duzentos e cinquenta e três por cento, cuja justificação terá sido o retomar da atividade económica. Foi essa a razão? Havendo uma proposta do Executivo - que ainda não foi votada, sobre a isenção de pagamentos de taxas da via pública, fico na dúvida se a JFA irá devolver cerca de dezassete mil euros, cobrados em taxas ou previstos e onde vai buscar o valor das receitas próprias. Quanto à questão de bens e serviços correntes, o aumento de novecentos por cento, a que se deve? Analisados os números, não o percebi. Na rubrica da despesa, que em termos absolutos diminui, mas que aumenta cinco vírgula trinta e cinco por cento, na rubrica de aquisição de bens e serviços e, por outro lado, o mesmo documento refere que as despesas com o pessoal não aumentaram e também que houve algumas saídas e ainda a

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

enorme contração nas transferências correntes e no investimento, em resultado da situação financeira. O senhor Presidente já explicou as situações com os CDC e considerou estar justificada uma parte, mas referiu o fundo inscrito para a Emergência Social e Higiene Urbana, sobre o qual disse não ter grandes dúvidas, mas existe um pedido de aumento de despesa no valor de sessenta mil euros, para pagamentos de horas extraordinárias e de mais vinte mil euros, para participações de recibos verdes, à Segurança Social. Na rubrica de aquisição de serviços, o Executivo pede autorização para o aumento de despesa no valor global setenta mil setecentos e quarenta e quatro euros, prevendo os aumentos, justificados pela atual crise, de cinco mil euros, para as contas de água e de cinquenta e um mil euros, para as contas de eletricidade, o que considerou estar dentro das contas já apresentadas pelo Senhor Presidente, que estão sempre a aumentar, disse, existir um valor de nove mil euros, incluído no mesmo pedido de autorização, no sector de outros trabalhos especializados. Resumindo, o total do reforço orçamental pedido para ser aprovado na Assembleia, está na ordem dos duzentos e dez mil euros.” Encerrou a sua intervenção pedindo esclarecimentos sobre o aumento pedido no âmbito da rubrica aquisição de serviços e outros trabalhos especializados “se destina ao pagamento de pessoal em regime de avença, já que em 2021 existiu um crescimento, com os custos do pessoal, na ordem dos onze por cento”, bem como sobre o facto de “o orçamento ter sido aprovado há três meses e já se estar a pedir um reforço”, conquanto considere poder relacionar-se com protocolos e com a necessidade de reforçar de verba para pagamentos. -----

Bruno Miguel (tesoureiro) pronunciou-se, agradecendo as questões colocadas e esclarecendo ter sido a alteração orçamental já referida, na rubrica da receita; ela “inscreveu-se nos duzentos e dez mil euros, porque é uma receita que se sabe que se vai cobrar, mais cem mil euros que transitaram do resultado orçamental. Todos os valores terão que ter contrapartida do lado da despesa, que se estima possam ser gastos nas rubricas referidas pelo Senhor Pedro Bugarín Henriques. Contudo, não é certo que o vão, efetivamente, ser. Esta é uma alteração orçamental que incrementa a receita e a despesa; do lado da despesa é apenas uma previsão das rubricas onde se pretende afetar as verbas em questão. Mais concretamente, e em resposta à questão colocada, que não se tem a certeza onde vão ser afetadas essas verbas. Estão inscritas na rubrica da despesa, mas é uma previsão. Tal como o próprio orçamento é uma previsão da despesa, esta alteração orçamental também acaba por ser uma previsão da despesa, nesta rubrica, o que não quer dizer que se vá gastar exatamente esses valores com as respetivas rubricas. O orçamento vai sendo modificado; trata-se de uma previsão que se vai modificando ao longo do ano, não só com o incremento das rubricas, mas também com a mutação de valores entre elas. Podem realizar-se alterações orçamentais, situação comum no exercício

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

orçamental; são alterações orçamentais, entre rubricas, que não levam ao incremento da despesa, são apenas modificações permutativas. Quanto ao valor da receita sabe-se qual é e o que está proposto; em relação à despesa o valor e onde vai ser aplicado, é uma previsão. A certeza concretiza-se com a execução do orçamento” Elucidou ainda: “os valores que o senhor identificou estão inscritos em rubricas e são valores estimados. Onde se pretende gastar e o que se pretende gastar, não significa que vá ser executado”. -----

Pedro Bugarín Henriques (IL), interveio considerando “não ter entendido a resposta, pois existe o lado da receita e o lado da despesa. Quanto às receitas, vão existir aumentos de quinhentos por cento. Relativamente à despesa, para a qual é pedida a autorização, é assinalado o valor de vinte mil euros, para horas extraordinárias, mais as contribuições para a Segurança Social, partindo-se do princípio que o que está a ser pedido a esta Assembleia se destina ao pagamento de pessoal, não se vê outra razão para se definirem verbas para a Segurança Social e para horas extraordinárias”. Pelo exposto mantem a sua questão: “se no ano passado já houve um crescimento de onze por cento, com gastos de pessoal e o orçamento foi aprovado há três meses, estamos em abril e pedem um aumento de verba que é para o mesmo fim.” -----

O Tesoureiro Bruno Miguel, em resposta a esta insistência confirmou ser pretendido o reforço da rubrica em questão, a rubrica do pessoal. Na sua opinião o questionado anteriormente relacionava-se com o detalhe de execução de todas as rubricas e, expressou “isso não é possível concretizar, pois constitui uma previsão da despesa identificada com base na receita e que pode ter a contrapartida nas rubricas que elencou. São rubricas identificadas da despesa, a rubrica identificada como despesa com pessoal, diz respeito a despesa com pessoal”. -----

Elsa Borges da Silva, Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, pediu a intervenção do Executivo para explicar que esta “é uma situação recorrente, já que, por exemplo, com o passar do tempo os funcionários sobem de escalão e é necessário aumentar o rendimento”. -----

O Presidente do Executivo da Junta de Freguesia de Alcântara, Davide Amado deslocou-se ao púlpito para explicar a questão. Mencionou ter tido conhecimento, no final de dezembro, que a Câmara iria manter o contrato interadministrativo e que pagou à Junta, no final desse mês, setenta e cinco mil euros. Continuou referindo que “o contrato interadministrativo da Higiene Urbana, implica um reforço dessa atividade e quando da elaboração do orçamento, não existia a certeza da manutenção desse serviço. Neste momento sabe-se que se recebeu metade do valor referente ao ano anterior e que a Camara se predispõe a continuar. Ora, continuando com o serviço, os pagamentos

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

vão prosseguir e horas extraordinárias irão ser pagas. Como a Senhora Presidente referiu, existem alterações de categorias que se refletem este ano. Quanto à despesa, disse não ter em memória todas as rubricas, mas em relação à receita e ao seu aumento, disse que se devem a valores que não foram cobrados no passado e que se deseja que se verifiquem neste ano”. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Elsa Borges da Silva, aditou ao explanado que o aumento dos custos associados aos recursos humanos, exige que o Executivo peça autorização à Assembleia de Freguesia. -----

Pedro Bugarín Henriques (IL), sublinhando não pretender prolongar a discussão, reportou-se às justificações apresentadas pelo tesoureiro Bruno Miguel quando mencionou “podia estar inscrito naquela rubrica e podia estar inscrito noutra qualquer”, prosseguindo “estão inscritas especificamente para horas extraordinárias e para pagamento de recibos verdes. Por isso, por me ter parecido demasiadamente evidente pela leitura do documento, volto a perguntar lhe. Já temos um orçamento aprovado e que contempla verbas para pagamento de pessoal e o que é pedido, na presente Assembleia, é para aprovar uma alteração e aumentar o valor”. Encarou, então, ter perguntado e também ter “percebido que sim”. -----

O Tesoureiro, Bruno Miguel, teve a palavra e alegou que, na apresentação feita não terá expresso “podia ter sido inscrito numa rubrica qualquer”. Terá expresso que “do lado da despesa não é garantido que verba seja executada. Se é essa a alteração orçamental que está a ser proposta, é a isso a que se refere, a horas extraordinárias e a despesas com o pessoal”. -----

Elsa Borges da Silva, Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, veio reforçar o já demonstrado, acrescentando que terá sido “acrescida uma atividade e que, no final do ano passado, se desconhecia o volume necessário”. -----

O Presidente do Executivo da JFA, Davide Amado, para que não subsista “nenhum equívoco”, indicou pretender-se a regularização, pela CML, dos protocolos e a manutenção das atividades desejadas, o que implicará “a necessidade de contratar meios, pessoas ou empresas. Não se trata de contratar pessoas para ficarem permanentemente, mas para se realizarem atividades culturais, desportivas ou lúdicas, é necessário contratar, sendo óbvio que a Junta não pretende contratar mais pessoal”. -----

Esclareceu ainda que “se a Câmara não resolver os problemas, infelizmente teremos de fazer o inverso; se não houver capacidade para ter respostas, para prestar todos os serviços, isso provavelmente, “satisfaria” o nosso eleito da IL, porque reduziria enormemente o valor da “despesa”

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

com os recursos humanos. Mas não é isso o pretendido; o que se pretende é que a Câmara resolva os pendentes, espera-se que a Câmara resolva os novos protocolos, pois queremos começar a fazer o nosso trabalho. Como compreenderão, esta é uma situação muito complicada de gerir. O Executivo, em tempo de pandemia, ficou sem receita e quando começa a recuperar, inicia-se uma guerra. a receita é de uma enorme imprevisibilidade, como a despesa. Uma coisa é clara, a despesa nunca irá ser maior que a receita, é garantido”. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, colocou a proposta votação que foi aprovada por maioria com nove votos a favor, dos quais oito do PS e um da CDU e quatro abstenções, das quais duas do CDS/PP, uma do PSD e uma da IL. -----

Ponto 6. Proposta n.º A91/2021 “Autorizar a ratificação de um Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alcântara, ao abrigo do previsto na alínea g) do n.º 1 do Regime jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 72/2013, de 12 de setembro”. -----

O Presidente do Executivo da Junta de Freguesia de Alcântara, Davide Amado, ao apresentar a proposta, explicitou a necessidade de a CML regularizar o Fundo de Emergência Social, alterando rubricas que haviam sido modificadas no âmbito da COVID-19, o que implicou o final do contrato com todas as freguesias. A JFA recebeu-o no final do ano e o mesmo foi assinado; esta proposta vem formalizar esta questão, que não implica nenhum valor para a Junta de Freguesia e que diz respeito ao ano passado. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 7. Proposta n.º 129/2022 “Autorizar a celebração de um Protocolo de Cooperação celebrado entre a Associação 25 de Abril e a Freguesia de Alcântara, ao abrigo do previsto na alínea j) do n.º 1 do artigo 9.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 72/2013, de 12 de setembro”. -----

Davide Amado, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara usou a palavra dando ênfase à renovação do protocolo com a Associação 25 de Abril, iniciado há cerca de quatro anos e que permitiu a colocação, na freguesia, de uma Chaimite, cedida pelo Exército Português, através da intervenção desta associação. “É a viatura que as crianças das escolas de primeiro ciclo pintaram; esta viatura e outras são utilizadas regularmente nas comemorações do 25 de Abril. A Chaimite está

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

guardada e aos cuidados desta associação, apresentando, à JFA, um custo anual de novecentos euros. Pedro Bugarín Henriques (IL), interveio, informando que a IL votará contra a proposta. Tendo conhecimento que o protocolo o existe há alguns anos, dirigiu-se ao Senhor Presidente destacando “as contas da Freguesia e o risco iminente - que todos esperam não aconteça, de a Camara não dar seguimento ao que são as suas obrigações e ao que já está definido há muitos anos, sobre a questão dos CDC. Este protocolo prevê um gasto adicional anual para a JFA que não são só os novecentos euros referidos, mas também todos os custos inerentes, como a utilização da viatura, o transporte, os combustíveis, a condução, os seguros. E, sinceramente, para uma Chaimite com cinquenta anos, as verbas utilizadas podiam mesmo ser para o 25 de Abril ou para outras coisas, porventura mais interessantes para a Junta de Freguesia. Pela própria definição do Executivo, pela situação financeira da Freguesia, confesso achar muito estranho o pedido”. -----

Marisa Gargaté (PS), pediu a palavra, que lhe foi concedida e afirmou:” gostava que o Senhor eleito pela IL explicasse o seu conceito de Liberdade. A IL, na sua retórica, fala muito em Liberdade; liberdade de encargos, etc. Fazem o passeio da Liberdade, o desfile da Liberdade, no 25 de Abril, embora à parte, apresentaram uma moção pelo 25 de Abril e depois votam contra a permanência da Chaimite, por causa dos custos, de novecentos euros. No fundo a nossa geração tem a obrigação de passar aos mais novos parte da história. E esta é uma dessas possibilidades”. Insistindo, perguntou de novo: “qual a definição de Liberdade e do 25 de Abril para a IL? Podem ser oitocentos, novecentos ou mil euros, com seguros, por ano. A retórica da IL é Liberdade, mas não é a nossa Liberdade, não é a Liberdade de Abril; Chaimite é Abril”. -----

Isabel Morais (PS), pediu para intervir e começando por se desculpar, declarou que “se vive em Democracia e em Liberdade”, que estamos “todos muito empenhados em a fazer, mas, na verdade, quem não tem o espírito de ter lutado para ter Liberdade e Democracia e vive-a agora, põe tudo em causa e esta é a razão de fundo pela qual as pessoas não contribuem para um Portugal melhor”. -----

Pedro Bugarín Henriques (IL), teve a palavra e dirigindo-se à eleita Marisa Gargaté, declarou ser historiador de formação, fazer investigação em História, há muitos anos e conhecer muito bem a História de Portugal. Continuou alegando que “ainda hoje, no inicio da Assembleia apresentei três moções sobre questões do património, relativas à freguesia de Alcântara e o conceito de Liberdade é o de Liberdade total; a Liberdade não é só em abril, que não haja alguma dúvida. O que está a ser discutido é a utilização e o pagamento da guarda de uma Chaimite à Associação 25 de Abril, que é uma instituição que recebe fundos públicos, pagos pelos contribuintes portugueses, para manter essa

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

associação. Não é isso que está em causa, nem o que estão a discutir e o que chamou à atenção e que disse ao Executivo, foi que utilize essa verba em outras atividades ligadas ao 25 de Abril; se tivesse prestado atenção, isso foi exatamente o que disse. Voto contra porque acho que existem outras formas ou iniciativas em que penso que a JFA pode gastar estes valores, pois não são só os novecentos euros” e recordou as outras despesas anteriormente por si mencionadas. Avançou no seu discurso verbalizando que não sabe qual o valor global. Este poderá ser “mil ou mil e quinhentos; o valor global não é significativo, num orçamento de cinco milhões de euros. Concordo. Mas visto o relato do Executivo ter evidenciado uma situação de aperto, se calhar a Chaimite, não é prioritária. Não estou a dizer para não se celebrar o 25 de Abril; pelo contrário, podem é utilizar essas verbas para outras iniciativas, porventura mais pedagógicas, em relação ao 25 de Abril, do que pagar a manutenção de uma Chaimite com 50 anos. Que não haja dúvidas sobre a Liberdade e o conceito de Liberdade, da Iniciativa Liberal, não recebemos lições sobre questões de Liberdade, para os Liberais não faz muito sentido”. -----

O Presidente da JFA, Davide Amado viu-lhe concedido o uso da palavra e manifestou-se dizendo: “não é a Chaimite; é, a nossa Chaimite; uma Chaimite que já foi pintada pelas mãos das crianças das nossas escolas, há uns anos e é a Chaimite que vem todos os anos para esta Freguesia, para demonstrar o trabalho que foi feito. A Chaimite também é a memória, a cultura. Não se trata só de uma Chaimite e que a Assembleia tenha isso bem claro. Se a IL quer votar contra, está no seu direito”. Seguidamente congratulou-se por este partido só ter um eleito pois, “se houvesse mais era mais complicado, podia o protocolo não ser aprovado. O Senhor eleito da IL falou sobre celebrações e não deve ter conhecimento que cerca de quinhentas crianças da freguesia visitaram a Chaimite; à porta da Junta de Freguesia estiveram pessoas a explicar-lhes para que serviam as Chaimites, o que era a Liberdade; de seguida vieram à Junta, participaram num teatro labiríntico, que lhes mostrou o que acontecia antes do 25 de Abril, o que não havia, a Liberdade que não existia e, obviamente, toda esta atividade é das mais baratas que temos. O eleito pela IL preocupa-se com as horas extraordinárias, pagas a quem tem de trabalhar e preocupa-se com os novecentos euros, que a Junta tem gasto todos os anos, porque, como entidade pública, não pode guardar a Chaimite, mesmo inutilizada é um veículo militar. A Associação 25 de Abril tem essa prerrogativa legal. Por isso, existe o Protocolo. Do dinheiro que é gasto com atividades culturais, o da Chaimite é, provavelmente, dos mais bens gastos e esta é a opinião do Executivo. A opinião da IL é contrária e respeito-a, mas não posso deixar de lhe mostrar a minha”. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria com doze votos a favor, dos quais oito são do PS, dois do CDS/PP, um do PSD e um da CDU e um voto contra, da IL. -----

Ponto 8. Proposta n.º 130/2022 “Autorizar a celebração de um Protocolo de Parceria entre a Pedalar Sem idade - Associação de Apoio à 3.ª Idade e a Freguesia de Alcântara, ao abrigo do previsto nas alíneas f) do n.º 1 do artigo 9.º e da alínea h) do n.º 1 do artigo 16.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 72/2013, de 12 de setembro”. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 9. Proposta n.º 134/2022 “Autorizar a aprovação do Regulamento das Atividades de Animação e Apoio à Família e da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação e Ensino da Freguesia, ao abrigo do previsto nas alíneas i) e j) do n.º 1 do artigo 9.º e da alínea n) do n.º 1 do artigo 16.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 72/2013, de 12 de setembro”. -----

O Presidente do Executivo da JFA explicou que a proposta contempla “uma alteração efetiva e uma inclusão”. A alteração resulta de um pedido efetuado pela Associação de Pais, para que o serviço esteja aberto mais dois dias, nomeadamente, a segunda-feira seguinte ao domingo de Páscoa e o dia 2 de janeiro. Anteriormente, nestes dias, o serviço estava encerrado. A inclusão no Regulamento “dos valores, as taxas, que não estavam incluídos e que não foram alterados, só incluídos”. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Elsa Borges da Silva colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 10. Proposta n.º 135/2022 “Autorizar a aprovação da isenção de taxas de ocupação do espaço público e publicidade das esplanadas, no âmbito das medidas ao combate à COVID-19, ao abrigo do previsto nas alíneas d) do n.º 1 e na alínea k) do n.º 2 do artigo 9.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 72/2013, de 12 de setembro”. -----

Davide Amado, Presidente da JFA, tomou a palavra e esclareceu ser esta proposta uma consequência do aprovado em reunião de Câmara e, posteriormente, em Assembleia Municipal, no final do mês de março e que se traduz numa recomendação às freguesias para a prorrogação da isenção do pagamento das taxas de ocupação do espaço público e publicidade, das esplanadas, por mais três meses - os três primeiros meses do ano, o que será participado pela CML, em cinquenta por

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

cento. Neste sentido, “só agora se torna possível apresenta-la na Assembleia”, completando a informação de que a alteração realizada, como medida de apoio ao comércio e “não querendo que a Freguesia de Alcântara não tenha os mesmos apoios que as restantes freguesias da cidade de Lisboa, assume os outros cinquenta por cento, os não participados, com a alteração dos meses. Visto só ser aprovado agora, não se pode isentar janeiro, fevereiro e março, mas maio, junho e julho”. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, colocou a proposta a votação que foi aprovada por maioria, com doze votos a favor, dos quais oito do PS, dois do CDS/PP, um da IL e um da CDU e uma abstenção, do PSD. -----

Elsa Borges da Silva, Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia pediu aos membros da Comissão Eventual de Revisão do Regimento da Assembleia de Freguesia de Alcântara, que se juntem à Mesa, após o término desta sessão, para se agendar o dia em que reunirão. De seguida instou a 1.ª Secretária da Mesa de Assembleia a proceder à leitura da ata em minuta. Após a leitura da ata, colocou-a a votação, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. A ata em minuta será assinada por quem a lavrou e pela Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Elsa Borges da Silva, deu por encerrada a sessão pelas vinte e três horas e quatro minutos. -----

Sede da Freguesia de Alcântara, em Lisboa, aos vinte e nove dias de abril de dois mil e vinte e um

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,

(Elsa Borges da Silva)

A 1.ª Secretária,

(Iolanda Rute de Oliveira Machado)

O 2.º Secretário,

(Vasco Luís de Almeida Antunes)